

publicação legal

www.diariodonoroeste.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA

DECRETO Nº 539/2020

SÚMULA: HOMOLOGAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE Processo dispensa Nº 77/2020 ADJUDICA O OBJETO DA MESMA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JULIO CESAR DA SILVA LEITE, Prefeito do Município de Terra Rica, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais...

DECRETA:
 Art. 1º. – Fica homologado o processo licitatório modalidade Processo dispensa Nº 77/2020 de 26/10/2020(vinte e seis dias de outubro de 2020) que tem por objeto a Contratação de empresa especializada para serviço de re-visão de 60.000 KM do veículo caminhão Iveco tector, placa BCG3149.
 Art. 2º. – Fica adjudicado o objeto da licitação em epígrafe a seguintes Empresas:
 -VCA Automotores LTDA, devidamente registrado no CNPJ sob nº 24.380.089/0001-27 para o fornecimento itens licitados, totalizando R\$ 2.468,13 (Dois Mil, Quatrocentos e Sessenta e Oito Reais e Treze Centavos).
 Art. 3º. – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Rica, Estado do Paraná, aos vinte e oito dias de outubro de 2020. (28/10/2020).

JULIO CESAR DA SILVA LEITE
Prefeito Municipal

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARAÍSO DO NORTE

DEPARTAMENTO DE CULTURA E CIDADANIA

Avenida Rui Barbosa, 95 Centro - CEP 87780-000 - Paraíso do Norte - Paraná - Fone - 44 3431-2776

CNPJ: 75.476.556/0001-58 Email - cultura@paraisodonorte.pr.gov.br

PREFEITURA DE PARAÍSO DO NORTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

LEI EMERGENCIAL DA CULTURA (Lei 14.017/2020) – LEI ALDIR BLANC

HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

O Departamento Municipal de Cultura vem por meio deste, tornar pública as inscrições para avaliação, seleção e premiação de propostas artísticas de LIVES ARTÍSTICO CULTURAL e PORTFÓLIO ARTÍSTICO CULTURAL, apresentadas de acordo com os editais 01 e 02 da LEI EMERGENCIAL DA CULTURA (Lei 14.017/2020) – LEI ALDIR BLANC.

1 - "LIVE" – Solo e Duplas

01	Marcos Gonçalves da Silva – CPF 929.824.929-20
02	Luiz Fernando Santos Lima – CPF 061.594.069-22
03	Edmilson dos Santos Alves – CPF 046.778.959-29
04	Macon Silva de Freitas – CPF 112.472.789-21
05	Cristiano de Jesus Jamuzzi – CPF 042.121.809-60
06	Itallan Pablo Das Coelhe – CPF 108.148.039-46
07	Lucas da Silva Tasso – CPF 102.403.209-48
08	Igor dos Santos Batista – CPF 086.194.959-50
09	Noêmia Aparecida Martins – CPF 047.241.579-41
10	José Damão Fermo dos Santos – CPF 096.376.029-76
11	Nivaldir da Costa – CPF 045.243.709-19
12	Diogo de Souza – CPF 055.334.539-70
13	Felipe Oliveira da Silva – FNM – CPF 068.854.159-36

2 - "LIVE" – Bandas

01	Alma Viva Banda Show - CNPJ 19.711.120/0001-25
02	João Marcos e Marcelo e Banda 37.405.265/0001-80

3 - "POTFÓLIO"

01	Anna Marize Fernandes Canabrava – CPF 014.507.339-48
02	Helia Barranco Blanco – CPF 795.512.709-91
03	Vera Lucia Ondones – CPF 006.313.449-77
04	Noêmia Aparecida Martins – CPF 047.241.579-41
05	Katia Valério Carvalho – CPF 036.094.629-14
06	Nivaldir da Costa – CPF 045.243.709-19
07	Felipe Oliveira da Silva – CPF 068.854.159-36
08	Carlos Fernando de Souza dos Reis - CPF 062.116.499-24

Paraíso do Norte, 03 de novembro de 2020.

Rosana Pereira da Cruz
Diretora do Departamento Municipal de CulturaMUNICÍPIO DE DIAMANTE DO NORTE
ESTADO DO PARANÁ

Rua José Vicente, 257 - Fone/Fax: (044) 429-1319 - CEP 87990-000

DECRETO Nº 213/2020

SÚMULA: CONCEDE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA INTEGRAL, DA REGRA ESPECIAL, AO SERVIDOR MUNICIPAL EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DANIEL DOMINGOS PEREIRA, Prefeito do Município de Diamante do Norte, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art.1º. Fica concedido aposentadoria voluntária integral, da regra especial, com proventos base na última remuneração, no valor de R\$ 2.926,06 (Dois Mil novecentos e vinte e seis reais e seis centavos) ao Servidor Municipal efetivo JOSIAS MORAIS DE MELO, Cédula de Identidade nº. 2.182.257- SSP/PR, e CPF nº. 350.652.069-53, cargo/função de Motorista de Veículos Leves, lotado na Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Públicos, de acordo com o artigo 51 da Lei RPPSDN 26/05, artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41/03, a partir de 03 de Novembro de 2020.

Art.2º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, publique-se e registre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, 03 de Novembro de 2020.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

JULIANO CERVANTES PEREIRA DOS SANTOS
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇASDANIEL DOMINGOS PEREIRA
PREFEITOPREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TAMBOARA
ESTADO DO PARANÁPraça Isabel Marcos Beltrame, n.º 2000 - ☎ (44) 460-1109 - fax: (44)460-1170
Caixa Postal, 91 - CEP 87760-000 - TAMBOARA - PARANÁ
CNPJ – 76.978.519/0001-00

DECRETO Nº 256/2020

SÚMULA: Fica aditivado o Contrato nº 163/2019, datado 07/11/2019 e dá outras providências.

ANTONIO CARLOS CAUNETO, PREFEITO MUNICIPAL DE TAMBOARA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI.

DECRETA:

Art. 1º Fica aditivado o Contrato nº 163/2019 firmado com a empresa K MEDICA PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA, com registro no CNPJ sob o nº. 10.875.016/0001-58, para SUPLEMENTAR o mesmo em R\$ 15.151,90 (quinze mil cento e cinquenta e um reais e noventa e centavos), conforme 3º Termo Aditivo nº 113/2020 de 30/10/2020.
 Art. 2º Este Decreto entrará em vigor com a sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tamboara-PR, 30 de outubro de 2020.

Registre-se e Publique-se.

ANTONIO CARLOS CAUNETO
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 257/2020

SÚMULA: Fica aditivado o Contrato nº 136/2019, datado 01/08/2019 e dá outras providências.

ANTONIO CARLOS CAUNETO, PREFEITO MUNICIPAL DE TAMBOARA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI.

DECRETA:

Art. 1º Fica aditivado o Contrato nº 136/2019 firmado com a empresa R. R. MARTINEZ & CIA LTDA, com registro no CNPJ sob o nº. 24.905.801/0001-645, para PRORROGAR A vigência do mesmo para 31/03/2020, conforme 1º Termo Aditivo de 25/09/2020.
 Art. 2º Este Decreto retroagirá seus efeitos para 25/09/2020 e entrará em vigor com a sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tamboara-PR, 30 de outubro de 2020.

Registre-se e Publique-se.

ANTONIO CARLOS CAUNETO
PREFEITO MUNICIPALPREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TERRA RICA
Estado do Paraná

CNPJ: 76.978.881/0001-81

EXTRATO DO CONTRATO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 338/2020

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 04/11/2020(quatro dias de novembro de 2020)

CONTRATANTE: A PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA, inscrita no CNPJ nº 76.978.881/0001-81, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. JULIO CESAR DA SILVA LEITE, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Terra Rica, Estado do Paraná, à Avenida Minas Gerais, 756, portador do RG nº 8.384.588-0, e do CPF nº 048.030.959-06.

CONTRATADA: PARANASOLO CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente cadastrada no CNPJ sob 36.886.317/0001-96.

DOMICÍLIO: RODovia BR 376 KM 110, S/N DISTRITO INDUSTRIAL - CEP: 87720140 - BAIRRO: CENTRO, Paranavai/PR.

OBJETO: Contratação de empresa para execução de obra de recapamento asfáltico em vias públicas urbanas em CBUQ. Com total de 11.160,43 m², do Processo 273/2020 Tomada de preços nº 32/2020, ratificado pelo CONTRATANTE em 03/11/2020

VALOR TOTAL: R\$ 258.803,36 (Duzentos e Cinquenta e Oito Mil, Oitocentos e Três Reais e Trinta e Seis Centavos).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 180 dias, a partir da data da assinatura do Contrato.
PRAZO DE EXECUÇÃO: 90 dias, a partir da data de emissão da ordem de serviço.

FORO: Comarca de Terra Rica, Estado do Paraná.

Terra Rica, 04/11/2020(quatro dias de novembro de 2020).

MUNICÍPIO DE TERRA RICA
Julio Cesar da Silva Leite
CONTRATANTEPARANASOLO CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO LTDA
LUCAS BERGAMINI FERNANDES
CONTRATADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIAIAÇÁ

PORTARIA Nº 164/2020.

SÚMULA: CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ELSON DA SILVA GREB, PREFEITO MUNI-CIPAL DE GUIAIAÇÁ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS...

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder a servidora pública municipal, férias regulamentares de 30 (trinta) dias, de acordo com o Art. 106 da Lei Municipal nº 003/1993, conforme discriminação abaixo:

NOME	PERÍODO/AQUISIÇÃO	PERÍODO/CONCESSÃO
LUCIENE FELIX CORDEIRO	07/02/2019 a 06/02/2020	02/11/2020 a 01/12/2020

Artigo 2º. - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 02 de Novembro de 2020, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUIAIAÇÁ, ESTADO DO PARANÁ, AOS QUATRO DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE.

ELSON DA SILVA GREB
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO CAIUÁ

Rua Dom Pedro II nº 800, Caixa Postal nº 01
Fone/Fax 0xx44 445-1241 - CNPJ 76.238.435/0001-30
E-mail psj@sjcaiua.com.br

CEP 87.740-000 - São João do Caiuá - Paraná

EXTRATO DE CONTRATO

Referência Edital/Pregão Eletrônico nº 45/2020

Contrato nº 00099/2020

CONTRATANTE	Prefeitura Municipal de São João do Caiuá
CNPJ DO CONTRATANTE	76.238.435/0001-30
CONTRATADO	DISFRIMAR DISTRIBUIDORA EIRELI
CNPJ DO CONTRATADO	12.121.127/0001-48
OBJETO	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA (KIT HIGIENE), DESTINADOS AO DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DESTA MUNICÍPIO
DATA DO CONTRATO	30/10/2020
VENCIMENTO DO CONTRATO	30/04/2021
VALOR DO CONTRATO	R\$ 219,89 (duzentos e dezenove reais e oitenta e nove centavos)
DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	2.102.3390.32 - 941 - 585/2020 - Ações Gerais e Benefícios Eventuais na Assistência 2.102.3390.32 - 0 - 583/2020 - Ações Gerais e Benefícios Eventuais na Assistência 2.102.3390.32 - 934 - 584/2020 - Ações Gerais e Benefícios Eventuais na Assistência 2.102.3390.32 - 1024 - 890/2020 - Ações Gerais e Benefícios Eventuais na Assistência
CONDIÇÕES DO CONTRATO	Pagamento mediante contra entrega dos itens licitados.
DEMAIS CONDIÇÕES	Conforme Edital-PREGÃO ELETRÔNICO nº. 45/2020

Jose Carlos da Silva Maia
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA ISABEL DO IVAÍ

CNPJ 00.921.372/0001-50

AV. Gustavo Brigagão, S/Nº - Praça Souza Naves

C. x. Postal 085 – Fone 44 3453-1232 – CEP 87910.000 – E-mail: camarasi@uol.com.br
SANTA ISABEL DO IVAÍ - ESTADO DO PARANÁ

Extrato do Contrato nº 56/2020

Inexigibilidade de Licitação

Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA ISABEL DO IVAÍ - PR
CNPJ nº 00.921.372/0001-50Contratado: Francismar Santos
CPF nº 867.680.265-48

Objeto: Prestação de Serviço de Manutenção e troca de telha e limpeza da calha do Prédio da Câmara Municipal de Santa Isabel do Ivaí - Estado Paraná

Valor Contratual: R\$. 250,00 (duzentos e cinquenta reais)

Condição de Pagamento: Pagamento será efetuado após o serviço concluído.

Foro: Comarca de Santa Isabel do Ivaí, Estado do Paraná

Santa Isabel do Ivaí, 28 de Outubro de 2020.

Sidney Vieira Gomes,
Presidente

Extrato do Contrato nº 57/2020

Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA ISABEL DO IVAÍ - PR
CNPJ nº 00.921.372/0001-50Contratado: Sandro de Oliveira
CNPJ nº 12.243.393/0001-43

Objeto: Prestação de Serviços Conserto Fase do Painel Elétrico e ligação interna do Padrão do Prédio da Câmara Municipal de Santa Isabel do Ivaí - PR.

Valor Contratual: R\$. 750,00 (setecentos e cinquenta reais)

Condição de Pagamento: os pagamentos a Contratada serão efetuados conforme serviços prestados.

Foro: Comarca de Santa Isabel do Ivaí, Estado do Paraná

Santa Isabel do Ivaí - PR, 29 de Outubro de 2020.

Sidney Vieira Gomes,
PresidenteESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE NOVA ALIANÇA DO IVAÍ
PODER EXECUTIVODECRETO Nº 67 DE 04 NOVEMBRO DE 2020
(Autônoma: Chefe do Poder Executivo)

Súmula: Dispõe sobre autorização para Abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento em vigor e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ALIANÇA DO IVAÍ, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município; e tendo em vista a Lei 244/2019.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir ao Orçamento Geral do Município, Lei nº 244/2019 - LOA/2020, um Crédito Adicional Suplementar no valor de **R\$ 66.460,00 (Sessenta e Seis mil, Quatrocentos e Sessenta reais)**, para cobertura das seguintes dotações do orçamento em vigor, assim discriminado:

Órgão: 03 - SECRETARIA DE FINANÇAS, ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
[Unidade: 03.001 - RECURSOS HUMANOS
04 122 025 2004 Manutenção dos Recursos Humanos
13390.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA
00053 -Fonte:00000 Recursos Ordinários - Livres.....R\$ 2.230,00
[Unidade: 03.002 - SERVIÇOS GERAIS
04 122 0025 2007 Manutenção da Administração Geral
13390.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA
00068 -Fonte:00000 Recursos Ordinários - Livres.....R\$ 10.000,00
[Unidade: 03.005 - TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO
04 129 0005 2011 Manutenção da Tributação e Fiscalização
13390.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO
00110 -Fonte:00000 Recursos Ordinários - Livres.....R\$ 1.150,00
Órgão: 04 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
[Unidade: 04.004 - OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
115 452 0023 2015 Manutenção de Obras e Serviços Urbanos
13390.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO
00160 -Fonte:00000 Recursos Ordinários - Livres.....R\$ 17.440,00

Órgão: 06 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E AGRICULTURA
[Unidade: 06.001 - FOMENTO AGROPECUARIO
118 543 0020 2042 Manutenção da Divisão do Meio Ambiente

13340.41.00.00 CONTRIBUIÇÕES
0299-Fonte:00000 RECURSOS ORDINARIOS - LIVRES.....R\$ 7.160,00
13390.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO
00302 -Fonte:00000 Recursos Ordinários - Livres.....R\$ 10.000,00
13390.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA
0305-Fonte: 00000 RECURSOS ORDINARIOS - LIVRES.....R\$ 6.160,00
120 606 0019 2040 Manutenção da Divisão de Fomento Agropecuário
13390.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO
00309 -Fonte:00000 Recursos Ordinários - Livres.....R\$ 7.320,00
13390.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA
00311-Fonte: 00000 RECURSOS ORDINARIOS - LIVRES.....R\$ 5.000,00

Artigo 2º - Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar aberto na forma do Artigo 1º será utilizado:

a) Por Anulação de Dotações Orçamentárias:

Órgão: 03 - SECRETARIA DE FINANÇAS, ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
[Unidade: 03.001 - RECURSOS HUMANOS
04 122 0025 2004 Manutenção dos Recursos Humanos
13390.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO
00050 -Fonte:00000 Recursos Ordinários - Livres.....R\$ 1.000,00
13390.36.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA
00052-Fonte: 00000 RECURSOS ORDINARIOS - LIVRES.....R\$ 1.230,00
[Unidade: 03.002 - SERVIÇOS GERAIS
04 122 0025 2007 Manutenção da Administração Geral
13390.40.00.00 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURIDICA
00069 -Fonte:00000 Recursos Ordinários - Livres.....R\$ 10.000,00
[Unidade: 03.005 - TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO
04 129 0005 2011 Manutenção da Tributação e Fiscalização
13390.33.00.00 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO
00111 -Fonte:00000 Recursos Ordinários - Livres.....R\$ 460,00
13390.36.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA
00112-Fonte: 00000 RECURSOS ORDINARIOS - LIVRES.....R\$ 230,00
14490.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
00115-Fonte: 00000 RECURSOS ORDINARIOS - LIVRES.....R\$ 460,00

Órgão: 04 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
[Unidade: 04.004 - OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
115 452 0023 2015 Manutenção de Obras e Serviços Urbanos
13390.14.00.00 DIARIAS - CIVIL
00159 -Fonte:00000 Recursos Ordinários - Livres.....R\$ 6.120,00

14490.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
00170-Fonte: 00000 RECURSOS ORDINARIOS - LIVRES.....R\$ 11.320,00

Órgão: 06 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E AGRICULTURA
[Unidade: 06.001 - FOMENTO AGROPECUARIO
118 543 0020 2042 Manutenção da Divisão do Meio Ambiente
13390.33.00.00 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO
00303 -Fonte:00000 Recursos Ordinários - Livres.....R\$ 6.160,00
13390.36.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA
00304-Fonte: 00000 RECURSOS ORDINARIOS - LIVRES.....R\$ 11.000,00
14490.51.00.00 OBRAS E INSTALAÇÕES
00307 -Fonte:00000 Recursos Ordinários - Livres.....R\$ 6.160,00

120 606 0019 2040 Manutenção da Divisão de Fomento Agropecuário
13390.36.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA
00310 -Fonte:00000 Recursos Ordinários - Livres.....R\$ 12.320,00



Avenida Paraná, 155 – Centro – Paço Municipal, CEP 87.800-000
www.rondon.pr.gov.br – prefeitura@rondon.pr.gov.br
FONE/FAX (41) 3672-1122 - CNPJ 75.380.071/0001-66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 158/2020

VALIDADE: 12 (doze) meses.

O MUNICÍPIO RONDON – ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, escrito no CNPJ/MF sob nº 75.380.071/0001-66, estabelecida na Avenida Paraná, 155, denominada a partir deste, simplesmente de MUNICÍPIO, através do seu representante Legal, Prefeito Municipal, Senhor Alfredo Valloto, brasileiro, casado, RG nº 1.430.592-0/PR, e do CPF nº 279.116.599-15 e, a empresa ISRAEL MOTTA DE SOUZA JUNIOR, estabelecida na RUA DA LIBERDADE, 149 SALA A - CEP: 86.430-000 - BAIRRO: JD. SUMARÉ Santo Antônio da Platina/PR CNPJ Nº. 28.862.607/0001-08, pelo seu representante infra-assinado, o senhor ISRAEL MOTTA DE SOUZA JUNIOR, residente e domiciliado na RUA DA LIBERDADE, 149 - CEP: 86.430-000, denominado a partir deste de EMPRESA, resolve firmar a presente ata de registro de preço, nos termos do art. 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei Federal 10.520/2002, e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão nº 75/2020 - REGISTRO DE PREÇOS, obedecidas as disposições da Lei Federal nº. 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLAUSULA I – DO OBJETO E VALOR

1.1. Constitui o objeto o Registro de preços para eventual aquisição de computadores, monitores, telefones, teclados e outros materiais de processamento de dados, para as diversas Secretarias da Administração Municipal, conforme especificações constantes no ANEXO Nº 01 - proposta da licitante vencedora.

1.2. Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços abaixo especificados:

Lote	Item	Descrição do produto	Marca do produto	Unid. de med.	Quant.	Preço unitário	Preço total
LOTE: 019 - FONTE ATX 200 W REAL	1	Fonte ATX 200 W real	C3 PLUS PS-200V4	UN	15,00	70,52	1.057,80
VALOR TOTAL R\$							1.057,80

CLAUSULA II – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura.

2.2. Nos termos do art. 15, § 4º da Lei Federal 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Rondon não será obrigado adquirir, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na Cláusula I, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Pregão Presencial Nº 75/2020 - Registro de Preços, que precedeu a integral do presente instrumento de compromisso, independentemente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLAUSULA III – DO PAGAMENTO:

3.1. Os pagamentos serão efetuados pela Prefeitura de Rondon, depois de homologado o procedimento licitatório, em até 30 dias após o recebimento do equipamento/material, mediante apresentação pela fornecedora da respectiva nota fiscal atestada pela respectiva secretaria requisitante.

3.2. Além da nota fiscal e/ou fatura do(s) equipamento(s)/produto(s), a(s) empresa(s) deverá(ão) apresentar e manter atualizados (durante a validade do registro) os seguintes documentos:

3.3. Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, emitida com base da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014, dentro de seu período de validade;

3.4. Prova de regularidade com o FGTS (CRF – Certificado de Regularidade de situação, expedido pela Caixa Econômica Federal) dentro de seu período de validade;

3.5. Certidão negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT dentro do seu período de validade.

CLAUSULA IV – DA ENTREGA E DO PRAZO:

4.1. O(s) equipamento(s)/material(is) deverá(ão) ser entregue(s) no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados a partir do recebimento da Autorização de Compras/Ordem de Serviços. A referida Autorização/Ordem de Serviços poderá ser remetida através de e-mail ou outro meio que a Prefeitura julgar conveniente. O descumprimento do referido prazo poderá resultar em rescisão contratual.

4.2. O(s) equipamento(s)/material(is) deverá(ão) ser entregue(s) nas diversas secretarias da administração municipal, em local a ser definido na Requisição de Compras, dentro do perímetro urbano do Município de Rondon – PR.

4.3. A não entrega do equipamento/material no prazo estabelecido implicará na decadência do direito do licitante ao fornecimento do objeto licitado, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93.

4.4. A entrega/execução do objeto relativo à presente licitação dar-se-á sob a forma parcelada, sendo somente pagos os valores relativos aos equipamentos/materiais efetivamente entregues, conforme necessidades do Município de Rondon, sendo que este não estará obrigado a adquirir a quantidade total dos equipamentos/materiais dispostos nos itens constantes do Anexo N.º 06 – TERMO DE REFERÊNCIA.

CLAUSULA V – DAS OBRIGAÇÕES

5.1. Do Município:

5.1.1. Atestar nas Notas Fiscais/faturas a efetiva entrega/execução do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela Nota de Empenho;

5.1.2. Aplicar à Detentora da Ata penalidades ou sanções, quando for o caso;

5.1.3. Prestar à Detentora da Ata toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução do empenho;

5.1.4. Efetuar o pagamento à Detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal no setor competente;

5.1.5. Notificar, por escrito, à Detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

5.2. Da Detentora da Ata:

5.2.1. Fornecer o objeto nas especificações e com a qualidade exigidas;

5.2.2. Pagar todos os tributos que indicam ou venham incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos fornecidos;

5.2.3. Manter, durante a validade da ata, as mesmas condições de habilitação;

5.2.4. Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;

5.2.5. Fornecer o objeto, no preço, prazo e forma estipuladas na proposta.

CLAUSULA VI – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO:

6.1. O(s) equipamento(s)/material(is) entregue(s) será(ão) recebido(s) provisoriamente pelo(s) técnico(s), a ser(em) designado(s) para tanto, o qual, também, verificará a consistência e a exatidão da nota fiscal/fatura, apresentada em duas vias.

6.2. O(s) equipamento(s)/material(is) só será(ão) recebido(s) definitivamente depois de certificado(s) pelo(s) técnico(s), a ser(em) designado(s) para tanto, por meio de vistoria e termo de recebimento definitivo, observadas as especificações contidas no Anexo N.º 06 – TERMO DE REFERÊNCIA.

6.3. O(s) técnico(s) poderá(ão) solicitar informações na oportunidade da vistoria, ficando o contratado obrigado à prestá-las.

6.4. No caso de equipamento(s)/material(is) rejeitado(s), o contratado deverá providenciar a imediata troca por outro sem defeito e de acordo com o Anexo N.º 06 – TERMO DE REFERÊNCIA, dentro do prazo de 10 (dez) dias corridos, sob pena de serem aplicadas as sanções estabelecidas neste edital, ficando sob sua responsabilidade todos os custos da operação de troca.

6.5. O Município não se responsabilizará pelo armazenamento, guarda ou por danos causados ao equipamento entregue e rejeitado pelo(s) técnico(s).

6.6. O faturamento deverá ser efetuado em nome do Município de Rondon – CNPJ nº 75.380.071/0001-66.

CLAUSULA VII – DAS PENALIDADES:

7.1. À EMPRESA serão aplicadas penalidades/multas pelo MUNICÍPIO a serem apuradas na forma a saber: a) multa de 5% (cinco por cento) do valor contratual nos casos de mora, exigível juntamente com o cumprimento das obrigações. A multa incidirá a cada novo período de 30 (trinta) dias de atraso em relação à data prevista para o fornecimento.

b) multa de 10% (dez por cento) do valor contratual quando por ação, omissão ou negligência a EMPRESA infringir qualquer das demais obrigações contratuais.

c) suspensão do direito de participar em licitações/contratos junto ao MUNICÍPIO, pelo prazo de até 05 (cinco) anos quando, por culpa da EMPRESA, deixar de entregar o objeto contratado, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento do fornecimento do objeto, fraudar a entrega, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, ocorrer a rescisão administrativa, o MUNICÍPIO dará início ao procedimento administrativo cabível, para aplicação dos fatos e respectivas sanções se necessárias, mediante prévia notificação à EMPRESA dos atos a serem realizados.

d) declaração de inidoneidade por prazo a ser estabelecido pelo MUNICÍPIO, em conformidade com a gravidade da infração cometida pela EMPRESA, observando-se o disposto no Art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93;

7.2. Quando forem verificadas situações que ensejarem a aplicação das penalidades, previstas nestas cláusulas, o MUNICÍPIO dará início ao procedimento administrativo cabível, para aplicação dos fatos e respectivas sanções se necessárias, mediante prévia notificação à EMPRESA dos atos a serem realizados.

7.3. A autoridade competente poderá, quando for o caso, aplicar ou dispensar penalidades.

CLAUSULA VIII – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS:

8.1. Considerado o prazo de validade estabelecido no item 2.1 da Cláusula II, da presente Ata, e, em atendimento ao §1º do art. 28 da Lei Federal 9.069 de 29.6.1995, ao art. 3º §1º, da Medida Provisória 1488-16, de 2.10.1996 e demais legislações pertinentes, é vedado qualquer reajustamento de preços, até que seja completado o período de 12 (doze) meses contados a partir da data de recebimento das propostas indicadas no preâmbulo do Edital de Pregão Eletrônico nº 75/2020 – REGISTRO DE PREÇOS, o qual integra a presente Ata de Registro de Preços, observadas as disposições constantes do Decreto Municipal nº 4.103/2014, de 31/03/2014.

8.2. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência, após o prazo de 60 dias, em caso de oscilação do custo de produção, comprovadamente refletida no mercado, tanto para mais como para menos, reclassificando-se os preços cotados, se for o caso, bem como nas demais hipóteses previstas na Lei no 8.666/93, com a finalidade de manter o equilíbrio econômico financeiro da avença.

CLAUSULA IX – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

9.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

9.1.1. a detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;

9.1.2. a detentora não retirar qualquer Nota de Empenho, no prazo estabelecido e a administração não aceitar sua justificativa;

9.1.3. a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério da Administração; observada a legislação em vigor;

9.1.4. em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pela Administração, com observância das disposições legais;

9.1.5. os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.1.6. por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela administração;

9.2. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntado-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Município e na internet no site do Município, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da publicação.

9.3 – Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da Administração, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8.666/93, alterada pela Lei Federal nº 8.883/94.

9.3.1. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula VII, caso não acatadas as razões do pedido.

CLÁUSULA X - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 Os pagamentos decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação ocorrerão por conta dos recursos do orçamento vigente, através de dotações orçamentárias das diversas secretarias da administração municipal:

ORÇAO	NOME - UNID	
02.01	GABINETE DO PREFEITO	DIVISÃO DE SERVIÇOS DE GABINETE
05.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
05.02	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	DIVISÃO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO
06.01	SECRETARIA DE FINANÇAS	DIVISÃO DE CONTABILIDADE
06.02	SECRETARIA DE FINANÇAS	DIVISÃO DE TESOOURARIA
06.03	SECRETARIA DE FINANÇAS	DIVISÃO DE CADASTRO, FISCAL E TRIB.
07.01	SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO	DIVISÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS
08.01	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	DIVISÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL
08.02	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	DIVISÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL
08.03	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	DIVISÃO DO FUNDEB
09.01	SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTES	DIVISÃO DE CULTURA
09.02	SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTES	DIVISÃO DE ESPORTES
10.01	SECRETARIA DE SAÚDE	DIVISÃO DE SAÚDE PÚBLICA
10.02	SECRETARIA DE SAÚDE	DIVISÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
11.01	SECR. DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	DIVISÃO DE OBRAS
11.02	SECR. DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	DIVISÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS
12.01	SECRETARIA DE VIACÃO	DIVISÃO DE SERVIÇOS RODOVIÁRIOS
13.04	SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL	DIVISÃO DE PROJETOS COM IDOSOS
13.05	SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL	DIVISÃO DE AÇÃO SOCIAL
13.06	SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL	DIV. DO FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL
14.02	SECRETARIA DE DESENV. ECONOMICO	DIVISÃO DE INDUSTRIA
15.01	SECRETARIA DE AGRIC. E MEIO AMBIENTE	DIVISÃO DE AGRICULTURA
15.02	SECRETARIA DE AGRIC. E MEIO AMBIENTE	DIVISÃO DE MEIO AMBIENTE

CLÁUSULA XI – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO:

11.1. A aquisição dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo respectivo Secretário ou pelo Chefe do Setor de Compras.

CLÁUSULA XII – DA FISCALIZAÇÃO:

12.1. A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços é de responsabilidade do respectivo Secretário da ou a quem este delegar a competência para tanto o qual fará a fiscalização nos termos do artigo 67 da Lei 8.666/93, com a finalidade de acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratado, efetivando os controles de recebimentos, anotando todas as ocorrências relacionadas com a sua execução, determinando, dentro de sua competência, o que for necessário ou solicitar a seus superiores, em tempo hábil, a adoção das medidas convenientes.

CLÁUSULA XIII – DAS COMUNICAÇÕES

13.1. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por e-mail ou através de publicações no Diário Oficial do Município, Jornal Diário do Noroeste de Paranavai-PR.

CLÁUSULA XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

14.1. Integra esta Ata, o Edital do Pregão Eletrônico nº. 75/2020 – Registro de Preços e a proposta da empresa classificada em 1º lugar no certame supracitado.

14.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, e Lei 10.520/02 no que não colidir com a primeira e nas demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

14.3. A EMPRESA detentora da ata não poderá ceder o fornecimento do objeto a nenhuma pessoa, física ou jurídica.

CLÁUSULA XV – ANTICORRUPÇÃO

15.1. As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), a Lei nº 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução da presente Ata de Registro de Preços, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente ajuste, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto da presente ata de registro de preços, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA XVI – DO FORO:

16.1. As partes elegem o foro da Comarca de Cidade Gaúcha-PR, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata de Registro de Preço.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Rondon-PR, 30/10/2020.

MUNICÍPIO DE RONDON

Alton Alfredo Valloto
Prefeito Municipal

Testemunhas:

1 _____
RG _____

ISRAEL MOTTA DE SOUZA JUNIOR

Empresa Detentora da Ata

2 _____
RG _____

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 152/2020

VALIDADE: 12 (doze) meses.

O MUNICÍPIO RONDON – ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, escrito no CNPJ/MF sob nº 75.380.071/0001-66, estabelecida na Avenida Paraná, 155, denominada a partir deste, simplesmente de MUNICÍPIO, através do seu representante Legal, Prefeito Municipal, Senhor Alfredo Valloto, brasileiro, casado, RG nº 1.430.592-0/PR, e do CPF nº 279.116.599-15 e, a empresa LICITAMAIS COMERCIO E SERVICOS LTDA, estabelecida na AV. AMERICO BELAY, 882 SL 03 - CEP: 87.023-000 - BAIRRO: JARDIM IMPERIAL, Maringá/PR CNPJ Nº. 28.010.869/0001-36, pela sua representante infra-assinada, a senhora FABIANA MARIOTTO, residente e domiciliada na RUA PARA, 1744 - CEP: 87.023-080 - BAIRRO: JD. IMPERIAL II, denominado a partir deste de EMPRESA, resolve firmar a presente ata de registro de preço, nos termos do art. 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei Federal 10.520/2002, e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão nº 75/2020 - REGISTRO DE PREÇOS, obedecidas as disposições da Lei Federal nº. 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLAUSULA I – DO OBJETO E VALOR

1.1. Constitui o objeto o Registro de preços para eventual aquisição de computadores, monitores, telefones, teclados e outros materiais de processamento de dados, para as diversas Secretarias da Administração Municipal, conforme especificações constantes no ANEXO Nº 01 - proposta da licitante vencedora.

1.2. Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços abaixo especificados:

Lote	Item	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unid. de med.	Quant.	Preço unitário	Preço total
LOTE: 001 - ADAPTADOR DE TOMADA ANTIGO P/ NOVO	1	ADAPTADOR DE TOMADA PADRAO ANTIGO PARANAVA	PLUG DANEVA	UN	20,00	4,95	99,00
LOTE: 002 - ADAPTADOR DE TOMADA ANTIGO P/ ANTIGO	1	ADAPTADOR TOMADA PADRAO ANTIGO MACHO SAIDA	DANEVA NOV FEMEA/ENGRADA/PADRAO NV F	UN	20,00	7,15	143,00
LOTE: 006 - CABO DE DADOS SATA	1	Cabo de dados sata	EVUS SATA	UN	15,00	12,16	182,40
LOTE: 007 - CABO DE ENERGIA SATA	1	Cabo de energia Sata	IMPORTA DO ENERGI.	UN	15,00	10,60	159,00
LOTE: 010 - CABO USB AXB	1	Cabo USB AXB	MINIK USB	UN	10,00	15,00	150,00
LOTE: 032 - MOUSE ÓPTICO PRETO/PRATA	1	MOUSE ÓPTICO PRETO/PRATA 800 DPI	EVUS MO-DI	UN	50,00	14,50	725,00
LOTE: 042 - SUPORTE P/ CPU EM FORMATO H	1	Supporte para CPU em formato H produzido em MDF15 mm com MOVEIS acabamento em Supporte para CPU em CPU formato H produzido em MDF15 mm com acabamento em PVC cinza/preto.	HPR MOVEIS	UN	10,00	76,43	764,30
VALOR TOTAL R\$							2.222,70

CLAUSULA II – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura.

2.2. Nos termos do art. 15, § 4º da Lei Federal 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Rondon não será obrigado adquirir, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na Cláusula I, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Pregão Presencial Nº 75/2020 - Registro de Preços, que precedeu a integral do presente instrumento de compromisso, independentemente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLAUSULA III – DO PAGAMENTO:

3.1. Os pagamentos serão efetuados pela Prefeitura de Rondon, depois de homologado o procedimento licitatório, em até 30 dias após o recebimento do equipamento/material, mediante apresentação pela fornecedora da respectiva nota fiscal atestada pela respectiva secretaria requisitante.

3.2. Além da nota fiscal e/ou fatura do(s) equipamento(s)/produto(s), a(s) empresa(s) deverá(ão) apresentar e manter atualizados (durante a validade do registro) os seguintes documentos:

3.3. Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, emitida com base da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014, dentro de seu período de validade;

3.4. Prova de regularidade com o FGTS (CRF – Certificado de Regularidade de situação, expedido pela Caixa Econômica Federal) dentro de seu período de validade;

3.5. Certidão negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT dentro do seu período de validade.

CLAUSULA IV – DA ENTREGA E DO PRAZO:

4.1. O(s) equipamento(s)/material(is) deverá(ão) ser entregue(s) no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados a partir do recebimento da Autorização de Compras/Ordem de Serviços. A referida Autorização/Ordem de Serviços poderá ser remetida através de e-mail ou outro meio que a Prefeitura julgar conveniente. O descumprimento do referido prazo poderá resultar em rescisão contratual.

4.2. O(s) equipamento(s)/material(is) deverá(ão) ser entregue(s) nas diversas secretarias da administração municipal, em local a ser definido na Requisição de Compras, dentro do perímetro urbano do Município de Rondon – PR.

4.3. A não entrega do equipamento/material no prazo estabelecido implicará na decadência do direito do licitante ao fornecimento do objeto licitado, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93.

4.4. A entrega/execução do objeto relativo à presente licitação dar-se-á sob a forma parcelada, sendo somente pagos os valores relativos aos equipamentos/materiais efetivamente entregues, conforme necessidades do Município de Rondon, sendo que este não estará obrigado a adquirir a quantidade total dos equipamentos/materiais dispostos nos itens constantes do Anexo N.º 06 – TERMO DE REFERÊNCIA.

CLAUSULA V – DAS OBRIGAÇÕES

5.1. Do Município:

5.1.1. Atestar nas Notas Fiscais/faturas a efetiva entrega/execução do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela Nota de Empenho;

5.1.2. Aplicar à Detentora da Ata penalidades ou sanções, quando for o caso;

5.1.3. Prestar à Detentora da Ata toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução do empenho;

publicação legal

www.diariodonoroeste.com.br

ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO DO CAUIA PREGÃO ELETRÔNICO N.º: 43/2020 - PE

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO O(a) Prefeito Municipal, JOSÉ CARLOS DA SILVA MAIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor...

ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO DO CAUIA PREGÃO ELETRÔNICO N.º: 43/2020 - PE

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO 02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) do empenho correspondente(s).

ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO DO CAUIA PREGÃO ELETRÔNICO N.º: 47/2020 - PE

ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO DO CAUIA PREGÃO ELETRÔNICO N.º: 47/2020 - PE

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARANÁ Estado do Paraná CNPJ Nº 76.279.967/0001-16

EXTRATO DE CONTRATO N.º 073/2020 Ref. Tomada de Preços n.º 007/2020 PARTES: CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ALTO PARANÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARANÁ Estado do Paraná CNPJ Nº 76.279.967/0001-16

MUNICÍPIO DE ALTO PARANÁ Estado do Paraná CNPJ Nº 76.279.967/0001-16

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARANÁ Estado do Paraná CNPJ Nº 76.279.967/0001-16

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO CAUIÁ Rua Dom Pedro II nº 800, Caixa Postal nº 01

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALINA DO PARANÁ Praça Giacomo Madalozzo 234 - Centro

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ Avenida Paraná 307 - CEP 83955-000

Câmara Municipal de Planaltina do Paraná Praça Giacomo Madalozzo 234 - Centro

PREFEITURA DE MIRADOR PORTARIA Nº. 0200/2020 SÚMULA: "Concede Férias aos Servidores Municipais, em conformidade com a Lei Municipal nº. 066/2019, de 11 de novembro de 2009".

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDON/PR PORTARIA Nº. 7434/2020 AILTON ALFREDO VALLOTO, Prefeito Municipal de Rondon, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais...



Avenida Paraná, 155 – Centro – Paço Municipal, CEP 87.800-000
www.rondon.pr.gov.br – prefeitura@rondon.pr.gov.br
FONE/FAX (44) 3672-1122 - CNPJ 75.380.071/0001-66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 154/2020

VALIDADE: 12 (doze) meses.

O MUNICÍPIO RONDON – ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, escrito no CNPJ/MF sob nº 75.380.071/0001-66, estabelecida na Avenida Paraná, 155, denominada a partir deste, simplesmente de **MUNICÍPIO RONDON**, através do seu representante Legal, Prefeito Municipal, Senhor Alfredo Valloto, brasileiro, casado, RG nº 1.430.592-0/PR, e do CPF nº 279.116.599-15 e, a empresa **JESSICA MAYARA LEITE AKUCEVIKUS FERREIRA 08112698929**, estabelecida na AV. MARANHÃO, 62 SALA 17-B SHOPPING URBANO - CEP: 87.200-246 - BAIRRO: ZONA UM Cianorte/PR CNPJ Nº. 37.999.882/0001-50, pela sua representante infra-assinada, a senhora **JESSICA MAYARA LEITE AKUCEVIKUS FERREIRA**, residente e domiciliada na RUA FENIX, 42 - CEP: 87.206-116 - BAIRRO: JARDIM CEU AZUL, denominado a partir deste de **EMPRESA**, resolve firmar a presente ata de registro de preços, nos termos do art. 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei Federal 10.520/2002, e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Nº. 75/2020 - REGISTRO DE PREÇOS, obedecidas as disposições da Lei Federal nº. 8.666/93, suas alterações posteriores e as seguintes condições:

CLAUSULA I – DO OBJETO E VALOR

1.1. Constitui o objeto o Registro de preços para eventual aquisição de computadores, monitores, telefones, teclados e outros materiais de processamento de dados, para as diversas Secretarias da Administração Municipal, conforme especificações constantes no ANEXO N° 01 - proposta da licitante vencedora.

1.2. Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços abaixo especificados:

Lote	Item	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unid. de med.	Quant.	Preço unitário	Preço total
LOTE: 004 - APARELHO TELEFONE COM FIO	1	Aparelho Telefone com fio Aparelho Telefone com fio pleno, fio de 2 metros, PLENO de 01 ano.	INTELBRAS	UN	5,00	44,00	220,00
LOTE: 009 - CABO DE REDE RJ45	1	Cabo de Rede RJ45 Cabo de Rede RJ45 100% cobre	LEGRAND ROLO 305MT	MT	600,00	2,00	1.200,00
LOTE: 017 - FONE DE OUVIDO COM MICROFONE TELEFONE	1	Fone de ouvido com microfone para telefone fixo de PABX	HELGIN HEADPHONE 902-INSRJ	UND	2,00	91,90	183,80
VALOR TOTAL R\$							1.603,80

CLAUSULA II – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura.

2.2. Nos termos do art. 15, § 4º da Lei Federal 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Rondon não será obrigado a adquirir, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na Cláusula I, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Pregão Presencial Nº 75/2020 - Registro de Preços, que precedeu a entrega do presente instrumento de compromisso, independentemente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLAUSULA III – DO PAGAMENTO:

3.1. Os pagamentos serão efetuados pela Prefeitura de Rondon, depois de homologado o procedimento licitatório, em até 30 dias após o recebimento do equipamento/material, mediante apresentação pela fornecedora da respectiva nota fiscal atestada pela respectiva secretaria requisitante.

3.2. Além da nota fiscal e/ou fatura do(s) equipamento(s) produto(s), a(s) empresa(s) deverá(ão) apresentar e manter atualizados (durante a validade do registro) os seguintes documentos:

3.3. Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, emitida com base da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014, dentro de seu período de validade;

3.4. Prova de regularidade com o FGTS (CRF – Certificado de Regularidade de situação, expedido pela Caixa Econômica Federal) dentro de seu período de validade;

3.5. Certidão negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT dentro do seu período de validade.

CLAUSULA IV – DA ENTREGA E DO PRAZO:

4.1. O(s) equipamento(s)/material(is) deverá(ão) ser entregue(s) no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados a partir do recebimento da Autorização de Compras/Ordem de Serviços. A referida Autorização/Ordem de Serviços poderá ser remetida através de e-mail ou outro meio que a Prefeitura julgar conveniente. O descumprimento do referido prazo poderá resultar em rescisão contratual.

4.2. O(s) equipamento(s)/material(is) deverá(ão) ser entregue(s) nas diversas secretarias da administração municipal, em local a ser definido na Requisição de Compras, dentro do perímetro urbano do Município de Rondon – PR.

4.3. A não entrega do equipamento/material no prazo estabelecido implicará na decadência do direito do licitante ao fornecimento do objeto licitado, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93.

4.4. A entrega/execução do objeto relativo à presente licitação dar-se-á sob a forma parcelada, sendo somente pagos os valores relativos aos equipamentos/materiais efetivamente entregues, conforme necessidades do Município de Rondon, sendo que este não estará obrigado a adquirir a quantidade total dos equipamentos/materiais dispostos nos itens constantes do Anexo N.º 06 – TERMO DE REFERÊNCIA.

CLAUSULA V – DAS OBRIGAÇÕES

5.1. Do Município:

- Atestar nas Notas Fiscais/faturas a efetiva entrega/execução do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela Nota de Empenho;
- Aplicar à Detentora da Ata penalidades ou sanções, quando for o caso;
- Prestar à Detentora da Ata toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução do empenho;
- Efetuar o pagamento à Detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal no setor competente;
- Notificar, por escrito, à Detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.
- Da Detentora da Ata:
 - Fornecer o objeto nas especificações e com a qualidade exigidas;
 - Pagar todos os tributos que indicam ou venham incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos fornecidos;
 - Manter, durante a validade da ata, as mesmas condições de habilitação;
 - Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;
 - Fornecer o objeto, no preço, prazo e forma estipulados na proposta.

CLAUSULA VI – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO:

- O(s) equipamento(s)/material(is) entregue(s) será(ão) recebido(s) provisoriamente pelo(s) técnico(s), a ser(em) designado(s) para tanto, o qual, também, verificará a consistência e a exatidão da nota fiscal/fatura, apresentada em duas vias.
- O(s) equipamento(s)/material(is) só será(ão) recebido(s) definitivamente depois de certificado(s) pelo(s) técnico(s), a ser(em) designado(s) para tanto, por meio de vistoria e termo de recebimento definitivo, observadas as especificações contidas no Anexo N.º 06 – TERMO DE REFERÊNCIA.
- O(s) técnico(s) poder(ão) solicitar informações na oportunidade da vistoria, ficando o contratado obrigado a prestá-las.
- No caso de equipamento(s)/material(is) rejeitado(s), o contratado deverá providenciar a imediata troca por outro sem defeito e de acordo com o Anexo N.º 06 – TERMO DE REFERÊNCIA, dentro do prazo de 10 (dez) dias corridos, sob pena de serem aplicadas as sanções estabelecidas neste edital, ficando sob sua responsabilidade todos os custos da operação de troca.
- O Município não se responsabilizará pelo armazenamento, guarda ou por danos causados ao equipamento entregue e rejeitado pelo(s) técnico(s).
- O faturamento deverá ser efetuado em nome do Município de Rondon – CNPJ nº 75.380.071/0001-66.

CLAUSULA VII – DAS PENALIDADES:

- À EMPRESA serão aplicadas penalidades/multas pelo MUNICÍPIO a serem apuradas na forma a saber:
 - multa de 5% (cinco por cento) do valor contratual nos casos de mora, exigível juntamente com o cumprimento das obrigações. A multa incidirá a cada novo período de 30 (trinta) dias de atraso em relação à data prevista para o fornecimento.
 - multa de 10% (dez por cento) do valor contratual quando por ação, omissão ou negligência a EMPRESA infringir qualquer das demais obrigações contratuais.
 - suspensão do direito de participar em licitações/contratos junto ao MUNICÍPIO, pelo prazo de até 05 (cinco) anos quando, por culpa da EMPRESA, deixar de entregar o objeto contratado, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento do fornecimento do objeto, fraudar a entrega, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, ocorrer a rescisão administrativa.
- declaração de inidoneidade por prazo a ser estabelecido pelo MUNICÍPIO, em conformidade com a gravidade da infração cometida pela EMPRESA, observando-se o disposto no Art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93;
- Quando forem verificadas situações que ensejarem a aplicação das penalidades, previstas nesta cláusula, o MUNICÍPIO dará início ao procedimento administrativo cabível, para apuração dos fatos e respectivas sanções se necessárias, mediante prévia notificação à EMPRESA dos atos a serem realizados.
- A autoridade competente poderá, quando for o caso, aplicar ou dispensar penalidades.

CLAUSULA VIII – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS:

- Considerado o prazo de validade estabelecido no item 2.1 da Cláusula II, da presente Ata, e em atendimento ao § 1º do art. 28 da Lei Federal 9.069 de 29.6.1995, ao art. 3º § 1º, da Medida Provisória 1488-16, de 2.10.1996 e demais legislações pertinentes, é vedado qualquer reajustamento de preços, até que seja completado o período de 12 (doze) meses contados a partir da data de recebimento das propostas indicadas no preâmbulo do Edital de Pregão Eletrônico nº 75/2020 – REGISTRO DE PREÇOS, o qual integra a presente Ata de Registro de Preços, observadas as disposições constantes do Decreto Municipal nº 4.103/2014, de 31/03/2014.
- Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência, após o prazo de 60 dias, em caso de oscilação do custo de produção, comprovadamente refletida no mercado, tanto para mais como para menos, reclassificando-se os preços cotados, se for o caso, bem como nas demais hipóteses previstas na Lei nº 8.666/93, com a finalidade de manter o equilíbrio econômico financeiro da avença.
- CLAUSULA IX – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
 - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:
 - a detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;
 - a detentora não retirar qualquer Nota de Empenho, no prazo estabelecido e a administração não aceitar sua justificativa;
 - a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério da Administração; observada a legislação em vigor;
 - a qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pela Administração, com observância das disposições legais;
 - os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;
 - por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela administração;
 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntado-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Município e na internet no site do Município, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da publicação.
 - Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as

exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da Administração, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8.666/93, alterada pela Lei Federal nº 8.883/94.

9.3.1. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula VII, caso não aceitas as razões do pedido.

CLAUSULA X – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. Os pagamentos decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação ocorrerão por conta dos recursos do orçamento vigente, através de dotações orçamentárias das diversas secretarias da administração municipal:

ÓRGÃO	NOME - UNID
02.01	GABINETE DO PREFEITO
05.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
05.02	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
06.01	SECRETARIA DE FINANÇAS
06.02	SECRETARIA DE FINANÇAS
06.03	SECRETARIA DE FINANÇAS
07.01	SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
08.01	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
08.02	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
08.03	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
09.01	SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTES
09.02	SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTES
10.01	SECRETARIA DE SAÚDE
10.02	SECRETARIA DE SAÚDE
11.01	SECR. DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
11.02	SECR. DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
12.01	SECRETARIA DE VIAGENS
13.04	SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL
13.05	SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL
13.06	SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL
14.02	SECRETARIA DE DESENV. ECONÔMICO
15.01	SECRETARIA DE AGRIC. E MEIO AMBIENTE
15.02	SECRETARIA DE AGRIC. E MEIO AMBIENTE

CLAUSULA XI – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO:

11.1. A aquisição dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo respectivo Secretário ou pelo Chefe do Setor de Compras.

CLAUSULA XII – DA FISCALIZAÇÃO:

12.1. A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços é de responsabilidade do respectivo Secretário da ou a quem este delegar a competência para tanto o qual fará a fiscalização nos termos do artigo 67 da Lei 8.666/93, com a finalidade de acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratado, efetivando os controles de recebimentos, anotando todas as ocorrências relacionadas com a sua execução, determinando, dentro de sua competência, o que for necessário ou solicitar a seus superiores, em tempo hábil, a adoção das medidas convenientes.

CLAUSULA XIII – DAS COMUNICAÇÕES

13.1. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por e-mail ou através de publicações no Diário Oficial do Município, Jornal Diário do Noroeste de Paranavá-PR.

CLAUSULA XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

14.1. Integra esta Ata, o Edital do Pregão Eletrônico nº. 75/2020 – Registro de Preços e a proposta da empresa classificada em 1º lugar no certame supracitado.

14.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, e Lei 10.520/02 no que não colidir com a primeira e nas demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

14.3. A EMPRESA detentora da ata não poderá ceder o fornecimento do objeto a nenhuma pessoa, física ou jurídica.

CLAUSULA XV – ANTICORRUPÇÃO

15.1. As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbabilidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), a Lei nº 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução da presente Ata de Registro de Preços, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente ajuste, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto da presente ata de registro de preços, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

CLAUSULA XVI – DO FORO:

16.1. As partes elegem o foro da Comarca de Cidade Gaúcha-PR, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata de Registro de Preço.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Rondon-PR, 30/10/2020.

MUNICÍPIO DE RONDON	JESSICA MAYARA LEITE AKUCEVIKUS FERREIRA 08112698929
Ailton Alfredo Valloto Prefeito Municipal	Empresa Detentora da Ata
Testemunhas:	
1 _____	2 _____
RG _____	RG _____

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDON
ESTADO DO PARANÁ
Avenida Paraná, 155 – Centro – CEP 87.800-000
www.rondon.pr.gov.br – prefeitura@rondon.pr.gov.br
FONE/FAX (44) 3672-1122 - CNPJ 75.380.071/0001-66

DECRETO N.º 5416/2020

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A PROGRESSÃO POR TEMPO DE SERVIÇO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS.

Ailton Alfredo Valloto, Prefeito do Município de Rondon, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista contido no Art. 22º da Lei Municipal nº 1518/11,

DECRETA:

Art. 1.º - Ficam promovidos, a partir de 1º/11/2020, por Progressão por Tempo de Serviço, prevista nos termos do Artigo 22, § único, os servidores públicos municipais detentores de cargo de provimento efetivo, conforme abaixo especificado:

Matricula	NOME	ADMISSÃO	NÍVEL/REF
11142	Ailton Manoel Martins	08/11/2010	08
11108	Claudemir Tavares Nunes	04/11/2009	31
11047	Cleide Pires Moreira Siqueira	17/11/2008	17
10927	Denize Aparecida Piga Ribeiro	16/11/2004	39
11316	Ineue Munhoz Junior	24/11/2015	32
11048	Leia Fabiana dos Passos Francisco	24/11/2008	12
11158	Lucinete de França Araújo	07/11/2011	09
11046	Marcos Leandro Rocha	17/11/2008	12

Art. 2.º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE RONDON AOS TRÊS DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E VINTE.

AILTON ALFREDO VALLOTO
Prefeito Municipal

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
GUAIARAÇÁ – PARANÁ
Rua Rodrigo Ayres de Oliveira s/n CEP: 87.800-000
Fone/fax: (44) 3442-1487

RESOLUÇÃO 007/2020

SÚMULA – Aprovar a prestação de contas do Incentivo Família Paranaense Adesão Espontânea II relativo ao período dezembro/2019 a junho/2020 no Conselho Municipal de Assistência Social.

O Conselho Municipal Assistência Social – CMAS, no uso das atribuições que lhe confere a LEI Municipal Nº. 013/2017 de 19 de setembro de 2017 e considerando a deliberação da plenária realizada em 29 de outubro de 2020.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprova a prestação de contas do Incentivo Família Paranaense Adesão Espontânea II relativo ao período dezembro/2019 a junho/2020 do município de Guaiaraçá.

Art. 2º - Aprova a justificativa de saldo do Incentivo Família Paranaense Adesão Espontânea II que consta no ofício nº 109/2020 do poder executivo.

Art. 3º - Aprova o Plano de Providências do Incentivo Família Paranaense Adesão Espontânea II.

Art. 4º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de sessões, 04 de novembro de 2020.

Elenilda Galdino de Assis
Presidente do CMAS

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
GUAIARAÇÁ – PARANÁ
Rua Rodrigo Ayres de Oliveira s/n CEP: 87.800-000
Fone/fax: (44) 3442-1487

RESOLUÇÃO 008/2020

SÚMULA – Aprovar a prestação de contas do Piso Paranaense de Assistência Social – PPAS I, referente ao 1º semestre de 2020 no Conselho Municipal de Assistência Social.

O Conselho Municipal Assistência Social – CMAS, no uso das atribuições que lhe confere a LEI Municipal Nº. 013/2017 de 19 de setembro de 2017, e considerando a deliberação da plenária realizada em 29 de outubro de 2020.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a prestação de contas do Piso Paranaense de Assistência Social – PPAS I, referente ao 1º semestre de 2020 do município de Guaiaraçá.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de sessões, 04 de novembro de 2020.

Elenilda Galdino de Assis
Presidente do CMAS

MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL
ESTADO DO PARANÁ

DECRETO Nº 143/2020

Declara deserta a Licitação, modalidade Pregão Eletrônico nº 41/2020, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; e, CONSIDERANDO que após cumpridas as formalidades legais na realização de processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico nº 29/2020, não houve qualquer interessado.

DECRETO:

Art. 1º Fica declarada DESERTA para todos os efeitos administrativos e legais a licitação, modalidade Pregão Eletrônico nº 41/2020.

Art. 2º Compete à Divisão de Licitações a adoção das providências necessárias ao encerramento do Processo ou a republicação do mesmo se necessário, procedendo a juntada de cópia do presente Decreto no Processo.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Itaúna do Sul-PR, 04 de novembro de 2020

Francisco Inocêncio Leite Neto
Prefeito Municipal de Itaúna do Sul

MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL
ESTADO DO PARANÁ.
CNPJ: 75.458.836/0001-33
Av. Brasil, 883, Centro, CEP: 87.980-000 - Fone: (0XX) 44 - 3436-1087.
<http://www.itaunadosul.pr.gov.br/>

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA DO SUL – PARANÁ
CNPJ: 75.458.836/0001-33

REAVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 41/2020.

Processo Administrativo nº 89/2020.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2020.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS em atendimento às Resoluções nºs 03 e 04/2020 do Conselho Municipal de Assistência Social, conforme discriminado no Anexo – I do Edital de Pregão Eletrônico nº 41/2020, o qual deverá ser minuciosamente observado pelos licitantes quando da elaboração de suas propostas, em sessão pública eletrônica a partir das 13h30min (horário de Brasília- DF) do dia 18/11/2020, através do site www.licitanet.com.br

Informamos que a ÍNTEGRA DO EDITAL estará disponível no site da Prefeitura: www.itaunadosul.pr.gov.br no Menu "Licitações"; bem como no site: www.licitanet.com.br.

Itaúna do Sul-PR, 04 de novembro de 2020.

FRANCISCO INOCÊNCIO LEITE NETO
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de São Pedro do Paraná
Avenida Paraná 307 - CEP 87955-000 - Fone/Fax 044-3464-1163
CGC/MF 76975259-0001-10
Estado do Paraná

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 81/2020-PMSPRR
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 103/2020

O Município de São Pedro do Paraná, Estado do Paraná, torna público que na sala do Departamento de Licitações, localizada no Paço Municipal, sito na Avenida Paraná, 307, nesta cidade, realizar-se-á no dia **18/11/2020 (quarta-feira) às 09h00m**, ou na mesma hora do primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nesta data, licitação sob modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo **MEIOR PREÇO POR LOTE**, nos moldes da Lei 10.520/2002 e na Lei 8.666/93, Decretos Municipais nºs. 187/2006 e 230/2009, a fim de escolher a melhor proposta do seguinte objeto:

OBJETIVO: Registro de Preços de postes, materiais elétricos e mão de obra especializada para instalação de iluminação de Barranca do Rio Paraná no Distrito Porto São José, Município de São Pedro do Paraná, de forma parcelada, conforme descrito e especificado no ANEXO I DO INSTRUMENTO CONVOCATORIO.

INFORMAÇÕES: Departamento de Licitações no horário das 08h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min ou através do telefone (44) 3464-1163 ou pelo e-mail: licitacao@saopedrodoparana.pr.gov.br

São Pedro do Paraná - PR, 03 de novembro de 2020.

CRISTIANE ROMA RAMOS GURSON
Pregoeira

NELA DE FATIMA LUIZÃO FERNANDES
Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALINA DO PARANÁ
Praça Giacomo Madalozzo 234 – Centro
Caixa Postal 0011 - Fone/Fax (44) 3435-1221/3435-1222
C.N.P.J. 75.461.442/0001-34 CEP 87860-000
PLANALINA DO PARANÁ – ESTADO DO PARANÁ
E-mail: publicacoespref.planalina@gmail.com

2º PRORROGAÇÃO CONTRATUAL
Contrato N.º 128/2018 Tomada de Preço Nº08/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PLANALINA DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público, Município de Planaltina do Paraná, Comarca de Santa Isabel do Ivaí - Estado do Paraná, com sede à Praça Giacomo Madalozzo, N.º 234, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ sob nº 75.461.442/0001-34, neste ato representado pelo senhor Prefeito Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções o Sr. JOSÉ ANTONIO BONVECCHIO, inscrito no Cadastro de Pessoa Física – CPF sob N.º 203.786.539-20, e do outro **ADRIANO TURCATO & CIA LTDA**, Pessoa jurídica de direito privado, Endereço: Rua, República Libano Nº119, Cidade: Nova Esperança, UF: PR, CEP: 87600-000, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob N.º 17.419.743/0001-01, neste ato representado pelo Sr. Felipe Siqueira Medeiros, inscrito no Cadastro de Pessoa Física - CPF sob N.º 228.706.628-40.

OBJETO: Contratação de empresa da área de engenharia civil para prestação de serviços de assessoria junto a administração municipal, compreendendo serviços profissionais de engenharia civil na execução/elaboração de orçamentos pareceres, vistorias, emissão de alvarás de construção, análises e aprovação de projetos, fiscalização de obras do município e gerenciamento a contratação de projetos diversos de empresas terceirizadas.

PRAZO DE VIGÊNCIA: O presente termo aditivo dilatação do prazo de vigência em 12 (doze) meses nos termos do artigo 57, II da Lei nº 8.666/93 de 05 de novembro de 2020 a 05 de novembro de 2021.

DO VALOR: O Município repassará a contratada o valor pelo objeto constante da cláusula primeira, efetuados em 12 parcelas mensais de R\$ 4.990,00 (quatro mil, novecentos e noventa reais).

DO FORO: Fica eleito o foro de Santa Isabel do Ivaí, Estado do Paraná.

Planaltina do Paraná - Estado do Paraná, 04 (quatro) de novembro de 2020 (dois mil e vinte).

CONTRATANTE
José Antonio Bonvecchio
Prefeito

CONTRATADA
Felipe Siqueira Medeiros
Sócio Proprietário

MUNICÍPIO DE ALTO PARANÁ
Estado do Paraná
CNPJ Nº 19.279.767/0001-16
Rua José de Anchieta, 1441 - Fone/Fax: (41) 3447-1122 - Caixa Postal 61 - CEP: 87750-000 - Alto Paraná - PR
E-mail: licitacao@altoparana.pr.gov.br -

publicação legal



PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALINA DO PARANÁ
Praça Gláucio Madalozzo 234 – Centro
Caixa Postal 0011 - Fone/Fax (44)3435-1221/3435-1222
C.N.P.J. 75.461.442/0001-34 CEP 87860-000
P O D E R E X E C U T I V O
PLANALINA DO PARANÁ – ESTADO DO PARANÁ
E-mail: publicacao@pref.planalina@gmail.com

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 79 78 80 81 82 83 84 85 86 87 88 89 90
91 92 93 94 95 96/2020

LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2020
PROCESSO LICITATORIO Nº 74/2020

DO OBJETO:
REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MEDICAMENTOS
PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE-UBS.

Vendedor/lotes:
ATA Nº 78/2020
A. D. DAMINELLI - ME - CNPJ 10.749.758/0001-80.

Table with 5 columns: Descrição, Unid., Quant., Valor Unit.RS, Valor Total RS. Includes items like Propranolol, Metronidazol, Sulfametozazol, etc.

ATA Nº 79/2020
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA - CNPJ 08.802.002/0001-02.

Table with 5 columns: Descrição, Unid., Quant., Valor Unit.RS, Valor Total RS. Includes Bromidrato de citalopram, COLECALCIFEROL, etc.

Table with 5 columns: Descrição, Unid., Quant., Valor Unit.RS, Valor Total RS. Includes Tinidazol, Acetato de medroxiprogesterona, ENOXAPARINA, etc.

ATA Nº 80/2020
CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - CNPJ 03.652.030/0001-70

Table with 5 columns: Descrição, Unid., Quant., Valor Unit.RS, Valor Total RS. Includes Ácido acetilsalicílico, VITAMINAS DO COMPLEXO B, Digoxina, etc.

Table with 5 columns: Descrição, Unid., Quant., Valor Unit.RS, Valor Total RS. Includes Vitaminas do complexo B, Nitrito de Miconazol, Cetocanazol, etc.

ATA Nº 81/2020
CIRURGICA NOSSA SENHORA - EIRELI - CNPJ 24.586.988/0001-80

Table with 5 columns: Descrição, Unid., Quant., Valor Unit.RS, Valor Total RS. Includes Besilato, Cloridrato de clonazepam, Clonazepam, etc.

ATA Nº 82/2020
CMH - CENTRAL DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES-EIRELI-ME - CNPJ 23.228.076/0001-74

Table with 5 columns: Descrição, Unid., Quant., Valor Unit.RS, Valor Total RS. Includes Aminoifilina, MULTIVITAMINAS, etc.

Table with 5 columns: Descrição, Unid., Quant., Valor Unit.RS, Valor Total RS. Includes MINERAIS, CA, CU, MG, MN, SE, ZN, Cloreto de potássio, etc.

ATA Nº 83/2020
DIMASTER COM. DE PRD. LTDA - CNPJ 02.520.829/0001-40

Table with 5 columns: Descrição, Unid., Quant., Valor Unit.RS, Valor Total RS. Includes Furosemida, Paracetamol, Aciclovir, etc.

ATA Nº 84/2020
DIMENSÃO COMÉRCIO DE ARTIGOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA - CNPJ 03.924.435/0001-10

Table with 5 columns: Descrição, Unid., Quant., Valor Unit.RS, Valor Total RS. Includes Cloridrato de clonazepam, Levonorgestrel, RETINOL, etc.

ATA Nº 85/2020
DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BOEING EIRELI - CNPJ 30.547.487/0001-98

Table with 5 columns: Descrição, Unid., Quant., Valor Unit.RS, Valor Total RS. Includes Cloridrato de clonazepam, Levonorgestrel, RETINOL, etc.

ATA Nº 86/2020
FLAVIO QUEIROZ CASSIANO NORTEMED - CNPJ 34.443.180/0001-06

Table with 5 columns: Descrição, Unid., Quant., Valor Unit.RS, Valor Total RS. Includes CARBAMAZEPINA, Varfarina, Cloridrato de lidocaina, etc.

ATA Nº 87/2020
WEBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - CNPJ 04.372.020/0001-44

Table with 5 columns: Descrição, Unid., Quant., Valor Unit.RS, Valor Total RS. Includes Amoxicilina, Dexametasona, etc.

Table with 5 columns: Descrição, Unid., Quant., Valor Unit.RS, Valor Total RS. Includes mg/ml Frasco com 100 m, Amoxicilina, Fosfato sódico, etc.

ATA Nº 87/2020
ILG COMERCIAL LTDA - CNPJ 20.657.155/0001-02

Table with 5 columns: Descrição, Unid., Quant., Valor Unit.RS, Valor Total RS. Includes Carvedilol, Fosfato sódico, Valproato de sódio, etc.

ATA Nº 88/2020
NOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME - CNPJ 12.889.035/0001-02

Table with 5 columns: Descrição, Unid., Quant., Valor Unit.RS, Valor Total RS. Includes Hidroclorotiazida, Captopril, Enalapril, etc.

ATA Nº 89/2020
Licmed Distribuidora de Medicamentos Correlatos e Produtos Medicos e Hosp. Ltda - CNPJ 04.071.245/0001-60

Table with 5 columns: Descrição, Unid., Quant., Valor Unit.RS, Valor Total RS. Includes Alendronato de sódio, Ciprofloxacino, Haloperidol, etc.

ATA Nº 90/2020
MARYMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS LTDA - ME - CNPJ 23.121.920/0001-63

Table with 5 columns: Descrição, Unid., Quant., Valor Unit.RS, Valor Total RS. Includes Sulfato de salbutamol, BESILATO, Sulfato ferroso, etc.

ATA Nº 91/2020
MEDILAR MP. DISTR. PROD. MEDICO HOSPITALARES S/A - CNPJ 07.752.236/0001-23

Table with 5 columns: Descrição, Unid., Quant., Valor Unit.RS, Valor Total RS. Includes Sulfato de salbutamol, BESILATO, Sulfato ferroso, etc.

ATA Nº 92/2020
PONTAMED FARMACEUTICA LTDA - CNPJ 02.816.696/0001-54

Table with 5 columns: Descrição, Unid., Quant., Valor Unit.RS, Valor Total RS. Includes Cloridrato de propafenona, Dexametasona, etc.

ATA Nº 93/2020
PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - CNPJ 04.355.394/0001-51

Table with 5 columns: Descrição, Unid., Quant., Valor Unit.RS, Valor Total RS. Includes Sulfato de salbutamol, BESILATO, Sulfato ferroso, etc.

ATA Nº 94/2020
Promefarma Representações Comerciais Ltda - CNPJ 81.706.251/0001-98

Table with 5 columns: Descrição, Unid., Quant., Valor Unit.RS, Valor Total RS. Includes ATENOLOL, Sinvastatina, Prednisona, etc.

ATA Nº 95/2020
RG2S DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - CNPJ 31.905.076/0001-90

Table with 5 columns: Descrição, Unid., Quant., Valor Unit.RS, Valor Total RS. Includes Diazepam, Nistatina, Losartana, etc.

ATA Nº 96/2020
WEBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - CNPJ 04.372.020/0001-44

Table with 5 columns: Descrição, Unid., Quant., Valor Unit.RS, Valor Total RS. Includes Amoxicilina, Dexametasona, etc.

Table with 5 columns: Descrição, Unid., Quant., Valor Unit.RS, Valor Total RS. Includes Ciclobenzaprina, Risperidona, Topiramato, etc.

CLASULA 04 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1 Responder pela perfeita execução do objeto do presente contrato;

4.2 Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos materiais ou pessoais causados pela contratada, seus empregados ou prepostos, ao contratante ou a terceiros;

4.3 Manter-se, durante toda a execução do compromisso, em dia com toda a documentação de habilitação prevista na licitação.

4.4 Durante o prazo de validade do compromisso, vigiará o contrato a ele integrante, período no qual o COMPRMISSARIO FORNECEDOR estará obrigado a fornecer à CONTRATANTE, sempre que por ela for exigido, na quantidade pretendida e dentro das especificações, o(s) serviço(s) objeto do presente.

4.5 Aceitar e cumprir todas as condições previstas no Edital, no presente instrumento e no futuro compromisso de fornecimento.

4.6 Entregar conforme contrato, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, mediante emissão de autorização de fornecimento, após a autorização a licitante vencedora deverá entregar os medicamentos nas Farmácias Básicas do Posto de Saúde, no prazo máximo de 10 (dez) dias, sob pena de sofrer as sanções e penalidades aplicáveis, considerando-se que, o não cumprimento do prazo acima fixado poderá resultar em risco de morte do paciente.

4.7 Fornecer os medicamentos registrados na ANVISA, as embalagens devem estar devidamente lacradas, os nomes dos medicamentos devem seguir a DBC (Denominação Comum Brasileira), não sendo aceitos medicamentos sem registro, com registro vencido, com embalagens violadas, bem como com nome de marca/fantasia;

4.8 No ato da entrega o fornecedor deverá apresentar juntamente com os medicamentos Certificado do Registro de medicamento, emitido pela ANVISA ou cópia da publicação no D.O.U.

4.8.1 A partir da entrega o medicamento deverá conter no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) da data de validade total, contados da data de fabricação.

4.8.2 O licitante vencedor deve entregar o objeto, livre de frete e descarga; Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

São responsabilidades da CONTRATANTE:
4.9 Entregar a ordem e fornecimento e efetuar pagamento à contratada no prazo e forma estabelecidos neste contrato, mediante a entrega de Nota Fiscal/Fatura, em conformidade com as autorizações expedidas pelo Executivo Municipal.

4.10 Honrar pontualmente os compromissos financeiros e legais resultantes deste compromisso de fornecimento.

4.11 Fiscalizar e apontar as irregularidades estipulando prazos para a sua correção.

4.12 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, não estando obrigada a respeitar a legislação relativa às licitações, assegurando ao detentor do preço registrado, preferência em igualdade de condições.

4.13 O exercício de preferência dar-se-á, caso a Administração opte por realizar a aquisição por outros meios previstos em lei, quando o preço encontrado for igual ou superior ao registrado, mantidas as mesmas condições e prazos de entrega e pagamento, caso em que o detentor do registro terá assegurado direito à contratação.

4.14 A assinatura do Contrato de Expectativa de Fornecedor não obriga a Administração a adquiri-los, sendo-lhe facultada a não aquisição dos produtos, bem como sua aquisição total ou parcial.

4.15 A cada aquisição dos medicamentos, a Secretaria Municipal de Saúde, antes da emissão da autorização de fornecimento.

4.16 Fiscalizar através da Secretaria Municipal de Saúde, Sr. Maria de Fatima Cardoso Rojas, a execução do objeto do presente certame, a qual deverá monitorar mediante portaria um fiscal de contrato, bem como uma comissão de recebimento de mercadoria. A entrega dos medicamentos só será realizada com a presença das farmacêuticas do Município

Disposições sobre as obrigações
A entrega dos produtos a serem licitados será parcelada, sem limite de quantitativos, obedecendo a conveniência e as necessidades da Administração, mediante ordem de autorização de entrega, reservados os parâmetros da licitação;
A entrega deverá ser feita nos dias e horários de expediente da Prefeitura Municipal de Planalina do Paraná e com comunicação de 02 (duas) horas de antecedência ao responsável pelo recebimento.

Em atendimento ao disposto no Art. 31 da Lei Federal nº 8.078, de 11/9/1990, a apresentação do material deverá assegurar informações claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre as características, marca, procedência, número do lote, qualidade, quantidade, composição, prazo de validade e outros, bem como o(s) risco(s) que apresenta(m) à saúde e à segurança dos usuários quando for o caso;
O prazo de entrega dos materiais é de 10 (dez) dias a contar do recebimento da ordem de autorização expedida - Nota de Empenho, correio eletrônico (e-mail) ou quando retido diretamente na Secretaria Municipal solicitante de Planalina do Paraná, exceto este prazo será aplicado as sanções previstas na lei de licitação;

Em caso de recusa do material entregue, este será devolvido, devendo à CONTRATADA retirar-lo no mesmo local da entrega e substituí-lo no prazo máximo de 02 (dois) dias, contados da notificação, sem ônus para a Administração, exceto este prazo será aplicado às sanções previstas em Lei aplicável.

CLÁUSULA 06 - DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS
05.040.10.301.0008.2.087.3.3.90.30.00.00 - 1494 - MATERIAL DE CONSUMO
05.040.10.301.0008.2.087.3.3.90.30.00.00 - 2494 - MATERIAL DE CONSUMO
05.040.10.303.0002.1.023.3.3.90.32.00.00 - 1018 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Fica eleito o foro do município de Santa Isabel do Ivaí, Estado do Paraná, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes ao presente ajuste.

VALIDADE: 12 (doze) meses.
Planalina do Paraná, 20 de outubro de 2020.

José Antonio Bonvechio
Prefeito

FUNDO PREVIDENCIÁRIO MUNICIPAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ALTO PARANÁ
Estado do Paraná
CNPJ Nº 73.141.524/0001-35
Rua José de Azevedo, 1444 - Fone/Fax: (41) 3437.1122 - Cx. Postal 61 - CEP: 87750-000 - Alto Paraná - PR

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA MENSAL DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DOS RECURSOS DO FUNDO PREVIDENCIÁRIO MUNICIPAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ALTO PARANÁ.

As 28 (vinte e oito) dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte, às 08h30min. (oito horas e trinta minutos), reuniram-se os membros do Comitê de Investimentos dos Recursos do Fundo Previdenciário Municipal, cientes por Votação realizada em 20/06/2018, homologada pela Portaria nº 002/2018, de 03/07/2018, alterada através da Portaria nº 001/2020 e alterada pela portaria 002/2020. Durante a sessão foi tratado o assunto em resposta ao Ofício 003/2020-CIR/PPS e a sua alteração da composição dos membros através da portaria 002/2020 que passou a ser formado pelos servidores: Sonia Aparecida Frederico Satim, Ricardo Sarraf e Rogério Brugnolo. E o recebimento do Cálculo Anual 2020. Análise do Mercado, a pandemia do COVID-19 ainda está interferindo diretamente na economia Mundial. Hoje colhem os frutos do "faca em casa", o mercado interno voltou a cair, cujo segundo mês seguido e assim as aplicações de RPPS novam ente caíram. Nada mais havendo a tratar, eu Rogério Brugnolo, secretário, levanta e proclama em duas vias, e depois de lida e achada conforme, será assinada por todos, sendo encaminhada uma via à Comissão de Gerenciamento do Fundo de Previdência, encontrando-se também a disposição para eventuais consultas na Sede da Prefeitura Municipal de Alto Paraná.

Sônia A. Frederico Satim
Presidente
Ricardo Sarraf
Membro
Rogério Brugnolo
Secretário

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARANÁ
Estado do Paraná
CNPJ Nº 74.278.967/0001-46
Rua José de Azevedo, 1444 - Fone/Fax: (41) 3437.1122 - Cx. Postal 61 - CEP: 87750-000 - Alto Paraná - PR
E-mail: publicacao@pref.alto-parana.pr.gov.br

DECRETO Nº 242/2020
ALTIMIRO PEREIRA SANTANA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E COM BASE NOS ARTIGOS 79 E 43 § 1º, INCISO II E III DA LEI FEDERAL Nº 4.320/64 E ARTIGO 4º DA LEI MUNICIPAL Nº 1.113 DE 23-12-2019, PUBLICADA EM 27-12-2019 NO ORÇÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO, JORNAL "DIÁRIO DO NOROESTE" EDIÇÃO 18.452, PÁGINAS 13 A 16.

DECRETA:
Art. 1º Fica aberto na Divisão de Orçamento e Contabilidade da Prefeitura Municipal de Alto Paraná, Estado do Paraná, um crédito adicional suplementar ao valor de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais) para suplementações das dotações orçamentárias do orçamento do corrente exercício dos seguintes órgãos, unidades orçamentárias, ações de governo, categoria econômica e fonte de recurso financeiro, como segue:

Table with 4 columns: Descrição, Valor, Valor Total, Valor Total RS. Includes 02 GOVERNO MUNICIPAL, 02.81.0003.2.004 MANUTENÇÃO DA ASSEMBLEIA ADMINISTRATIVA E JURÍDICA, etc.

Art. 2º Para cobertura do presente crédito adicional suplementar ao valor de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais) autoriza a Divisão de Orçamento e Contabilidade a proceder a suplementação da dotação do orçamento, como segue:

1 - a proceer criação total da dotação do orçamento de corrente exercício de origem, unidade orçamentária, ação de governo, categoria econômica e fonte de recurso, conforme artigo 43 § 1º inciso III da Lei Federal nº 4.320/1964;

Table with 4 columns: Descrição, Valor, Valor Total, Valor Total RS. Includes 02 GOVERNO MUNICIPAL, 02.81.0003.2.004 MANUTENÇÃO DA ASSEMBLEIA ADMINISTRATIVA E JURÍDICA, etc.

Art. 3º Fica atualizado o cronograma de desembolso financeiro para o corrente exercício, em face dos seguintes recursos utilizados para suplementação:

Table with 4 columns: Descrição, Valor, Valor Total, Valor Total RS. Includes 02 GOVERNO MUNICIPAL, 02.81.0003.2.004 MANUTENÇÃO DA ASSEMBLEIA ADMINISTRATIVA E JURÍDICA, etc.

Art. 4º Este decreto entra em vigor no dia de sua publicação.
Alto Paraná, 04 de Novembro de 2020.

Altamiro Pereira Santana
Prefeito
16ª Gestão Administrativa

publicação legal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALINA DO PARANÁ
Praça Giacomo Madalozzo 234 - Centro
Caixa Postal 0001 - CEP 89160-000

DECRETO Nº 154/2020

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar, faz introdução no PPA, LDO e LOA do município de 2020.

JOSÉ ANTÔNIO BONVECCHIO, Prefeito Municipal de Planalina do Paraná, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

DECRETA

Artigo 1º - A abertura de um Crédito Adicional Suplementar, na ordem de R\$- 26.000,00 (Vinte e Seis mil reais), no Orçamento Geral do Município, nos termos da Lei Municipal nº 140/2019, de 04.10.2019 (LEI DE ORÇAMENTO), do corrente exercício, a ser consignado na seguinte dotação Orçamentária:

Table with columns: CÓDIGOS, ESPECIFICAÇÕES, VALORES. Includes items like PREFEITO, ASSESSORIA JURÍDICA DO PREFEITO, GESTÃO DAS AÇÕES DA ASSESSORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO.

Artigo 2º - Para fazer face ao Crédito aberto no Artigo 1º, serão utilizados como recursos, os constantes do Parágrafo 1º, Artigo 43 da Lei Federal nº 4320/64, assim definidos:

III - ANULAÇÃO PARCIAL DA SEQUINTE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Table with columns: CÓDIGOS, ESPECIFICAÇÕES, VALORES. Includes items like SECRETARIA GERAL, DPTO DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, Infra-Estrutura Urbana.

Artigo 3º - O Crédito Suplementar aberto no Artigo 1º será introduzido por força deste Decreto na Lei de Diretrizes Orçamentárias, Plano Plurianual e Lei do Orçamento Geral do município do exercício corrente.

Artigo 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Edifício do Paço Municipal, aos 04 (quatro) dias do mês de novembro de 2020 (dois mil e vinte).

José Antônio Bonvecchio
PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARANÁ
Estado do Paraná
Rua José de Andrada, 1641 - Fone/Fax: (41) 3447-1122 - Caixa Postal 61 - CEP 87738-000 - Alto Paraná-PR

DECRETO Nº 243/2020.
ALTAMIRO FERREIRA SANTANA, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei Municipal nº 3.199/2020, de 13-09-2020, PUBLICADA NO JORNAL DIÁRIO DO NOROESTE Nº 18.606, DE 18-09-2020, PÁGINA 11.

Art. 1º Fica aberto na Divisão de Orçamento e Contabilidade da Prefeitura Municipal de Alto Paraná, Estado do Paraná, um crédito adicional especial no valor de R\$ 73.937,66 (setenta e três mil novecentos e trinta e sete reais e sessenta e seis centavos) no seguinte órgão, unidade orçamentária, ação de governo, categoria econômica e fonte de recurso financeiro:

Table with columns: FONTE DE RECURSOS, Supervi. Financeira, Excesso de arrecadação, Anulação de dotação, TOTAL. Includes data for 16ª Secretaria de Educação.

Art. 2º Para cobertura do presente crédito adicional especial no valor de R\$ 73.937,66 (setenta e três mil novecentos e trinta e sete reais e sessenta e seis centavos) autoriza a Divisão de Orçamento e Contabilidade a proceder anulação parcial da dotação do orçamento do corrente exercício do órgão, unidade orçamentária, ação de governo, categoria econômica e fonte de recursos, conforme artigo 43, § 1º, inciso III da Lei Federal nº 4.320/1964, como segue:

Table with columns: FONTE DE RECURSOS, Supervi. Financeira, Excesso de arrecadação, Anulação de dotação, TOTAL. Includes data for 16ª Secretaria de Educação.

Art. 4º Autoriza o Executivo Municipal atualizar o cronograma de desembolso financeiro para o corrente exercício, em face dos seguintes recursos utilizados para suplementação:

Table with columns: FONTE DE RECURSOS, Supervi. Financeira, Excesso de arrecadação, Anulação de dotação, TOTAL. Includes data for 16ª Secretaria de Educação.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Alto Paraná, 04 de novembro 2020.

Altamiro Ferreira Santana
Prefeito
16ª Gestão Administrativa

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARANÁ
Estado do Paraná
Rua José de Andrada, 1641 - Fone/Fax: (41) 3447-1122 - Caixa Postal 61 - CEP 87738-000 - Alto Paraná-PR

DECRETO Nº 244/2020.
ALTAMIRO FERREIRA SANTANA, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei Municipal nº 3.199/2020, de 09-09-2020, PUBLICADA NO JORNAL DIÁRIO DO NOROESTE Nº 18.622, DE 10-09-2020, PÁGINA 13.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto na Divisão de Orçamento e Contabilidade da Prefeitura Municipal de Alto Paraná, Estado do Paraná, um crédito adicional especial no valor de R\$ 214.000,00 (duzentos e quarenta mil reais), no seguinte órgão, unidade orçamentária, ação de governo, categoria econômica e fontes de recursos financeiro:

Table with columns: FONTE DE RECURSOS, Supervi. Financeira, Excesso de arrecadação, Anulação de dotação, TOTAL. Includes data for 16ª Secretaria de Educação.

Art. 2º Para cobertura do presente crédito adicional especial no valor de R\$ 214.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) autoriza o Poder Executivo utilizar os seguintes recursos financeiros como segue:

Table with columns: FONTE DE RECURSOS, Supervi. Financeira, Excesso de arrecadação, Anulação de dotação, TOTAL. Includes data for 16ª Secretaria de Educação.

Art. 3º Autoriza o Executivo Municipal atualizar o cronograma de desembolso financeiro para o corrente exercício, em face dos seguintes recursos utilizados para suplementação:

Table with columns: FONTE DE RECURSOS, Supervi. Financeira, Excesso de arrecadação, Anulação de dotação, TOTAL. Includes data for 16ª Secretaria de Educação.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Alto Paraná, 04 de novembro 2020.

Altamiro Ferreira Santana
Prefeito
16ª Gestão Administrativa

PREFEITURA MUNICIPAL DE LOANDA
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76.972.074/0001-51
Rua Mato Grosso, 354 - CEP 87.900-000 - Fone 44-3425-8400

LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº. 012/2020-PML

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa, para executar sob regime de empreitada por preço global, do tipo menor preço, a preços fixos e sem reajuste, do seguinte serviço: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR O SERVIÇO DE AMPLIAÇÃO DE BANHEIROS. Os serviços deverão ser executados de acordo com os projetos, planilhas orçamentárias, especificações técnicas, memoriais descritivos e demais peças e documentos que são parte integrante do presente Edital.

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
Torna-se pública a homologação do procedimento licitatório em epígrafe e a adjudicação do objeto em favor da empresa a seguir:
EDILTON MOREIRA DOS SANTOS JUNIOR - ENGENHARIA, CNPJ/MF sob nº 37.397.922/0001-94, (enquadrada na Lei Complementar nº. 123/2006), com valor global de R\$ 44.112,98 (quarenta e quatro mil, quatrocentos e doze reais e novecentos e oito centavos), com prazo de execução de 150 (cento e cinquenta) dias, contados a partir da data de emissão da Ordem de Serviço.

Loanda-Pr, 04 de novembro de 2020.

JOÃO NICOLAU DOS SANTOS
Prefeito Municipal de Loanda

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO DO CAIUA
CNPJ: 76.238.435/0001-30
Rua Dom Pedro II nº 800
CEP: 87740-000 - São João do Caiuá-PR

CONCORRÊNCIA P/ ALIENAÇÃO

Nr.: 1/2020 - CA
Processo Administrativo: 125/2020
Processo de Licitação: 125/2020
Data do Processo: 25/09/2020

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, JOSÉ CARLOS DA SILVA MAIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nº. 8.995/93 e alterações posteriores, à vista do parecer conclusivo emanado pelo Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 125/2020
b) Licitação Nr.: 1/2020-CA
c) Modalidade: Concorrência para Alienação
d) Data Homologação: 04/11/2020
e) Data de Adjudicação: 04/11/2020
f) Objeto da Licitação: Alienação, por melhor oferta, de máquina, veículos e sucatas declarados inservíveis para uso da Administração Municipal de São João do Caiuá.

Table with columns: g) Fornecedor e Itens Vencedores, Nome do Item, Marca, Dto. (C%), Solução Item, (em Reais R\$). Includes items like TALES DE MARIA GOMES, ANTONIO ZOBOLI, DARIO FERREIRA, MAYCON DOUGLAS GONCALVES DA SILVA.

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

São João do Caiuá, 4 de Novembro de 2020.

JOSÉ CARLOS DA SILVA MAIA
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO CAIUA
Rua Dom Pedro II nº 800, Caixa Postal nº 01
Fone/Fax 0xx44- 445-1241 - CNPJ 76.238.435/0001-30
E-mail: josecarlos@sjcauia.com.br
CEP 87.740-000 - São João do Caiuá - Paraná

EXTRATO DE CONTRATO

Referência | Edital/Concorrência p/ Alienação nº 1/2020

Contrato nº | 00109/2020

Table with contract details: CONTRATANTE (Prefeitura Municipal de São João do Caiuá), CNPJ DO CONTRATANTE (76.238.435/0001-30), CONTRATADO (Antonio Zoboli), OBJETO (Alienação, por melhor oferta, de máquina, veículos e sucatas declarados inservíveis para uso da Administração Municipal de São João do Caiuá), DATA DO CONTRATO (04/11/2020), VALOR DO CONTRATO (R\$ 11.200,00), CONDIÇÕES DO CONTRATO (Mediante depósito bancário em favor do Município de São João do Caiuá), DEMAIS CONDIÇÕES (Conforme Edital-Concorrência para Alienação nº. 1/2020).

Jose Carlos da Silva Maia
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO

Referência | Edital/Concorrência p/ Alienação nº 1/2020

Contrato nº | 00110/2020

Table with contract details: CONTRATANTE (Prefeitura Municipal de São João do Caiuá), CNPJ DO CONTRATANTE (76.238.435/0001-30), CONTRATADO (Dario Ferreira), OBJETO (Alienação, por melhor oferta, de máquina, veículos e sucatas declarados inservíveis para uso da Administração Municipal de São João do Caiuá), DATA DO CONTRATO (04/11/2020), VALOR DO CONTRATO (R\$ 16.100,00), CONDIÇÕES DO CONTRATO (Mediante depósito bancário em favor do Município de São João do Caiuá), DEMAIS CONDIÇÕES (Conforme Edital-Concorrência para Alienação nº. 1/2020).

Jose Carlos da Silva Maia
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO

Referência | Edital/Concorrência p/ Alienação nº 1/2020

Contrato nº | 00111/2020

Table with contract details: CONTRATANTE (Prefeitura Municipal de São João do Caiuá), CNPJ DO CONTRATANTE (76.238.435/0001-30), CONTRATADO (Maycon Douglas Gonçalves da Silva), OBJETO (Alienação, por melhor oferta, de máquina, veículos e sucatas declarados inservíveis para uso da Administração Municipal de São João do Caiuá), DATA DO CONTRATO (04/11/2020), VALOR DO CONTRATO (R\$ 23.190,00), CONDIÇÕES DO CONTRATO (Mediante depósito bancário em favor do Município de São João do Caiuá), DEMAIS CONDIÇÕES (Conforme Edital-Concorrência para Alienação nº. 1/2020).

Jose Carlos da Silva Maia
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO

Referência | Edital/Concorrência p/ Alienação nº 1/2020

Contrato nº | 00108/2020

Table with contract details: CONTRATANTE (Prefeitura Municipal de São João do Caiuá), CNPJ DO CONTRATANTE (76.238.435/0001-30), CONTRATADO (TALES DE MARIA GOMES), OBJETO (Alienação, por melhor oferta, de máquina, veículos e sucatas declarados inservíveis para uso da Administração Municipal de São João do Caiuá), DATA DO CONTRATO (04/11/2020), VALOR DO CONTRATO (R\$ 6.120,00), CONDIÇÕES DO CONTRATO (Mediante depósito bancário em favor do Município de São João do Caiuá), DEMAIS CONDIÇÕES (Conforme Edital-Concorrência para Alienação nº. 1/2020).

Jose Carlos da Silva Maia
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LOANDA
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76.972.074/0001-51
Rua Mato Grosso, 354 - CEP 87.900-000 - Fone 44-3425-8400

LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº. 013/2020-PML

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa, para executar sob regime de empreitada por preço global, do tipo menor preço, a preços fixos e sem reajuste, do seguinte serviço: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE REFORMA DO CONSELHO TUTELAR. Os serviços deverão ser executados de acordo com os projetos, planilhas orçamentárias, especificações técnicas, memoriais descritivos e demais peças e documentos que são parte integrante do presente Edital.

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
Torna-se pública a homologação do procedimento licitatório em epígrafe e a adjudicação do objeto em favor da empresa a seguir:

EDILTON MOREIRA DOS SANTOS JUNIOR - ENGENHARIA, CNPJ/MF sob nº 37.397.922/0001-94, (enquadrada na Lei Complementar nº. 123/2006), com valor global de R\$ 57.461,11 (cinquenta e sete mil quatrocentos e sessenta e um reais e onze centavos), com prazo de execução de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da data de emissão da Ordem de Serviço.

Loanda-Pr, 03 de novembro de 2020.

JOÃO NICOLAU DOS SANTOS
Prefeito Municipal de Loanda

PRORROGAÇÃO
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO 132/2020-PML
PROCESSO 178/2020-PML
MUNICÍPIO DE LOANDA
REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO: A presente licitação tem como objeto o Registro de Preços para eventual aquisição de material de expediente, para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Finanças e Administração, Saúde, Educação e Cultura, Serviços Urbanos e Meio Ambiente, Trabalho e Serviço Social, Esportes Lazer e Turismo, Indústria Comércio e Agricultura e Planejamento, do Município de Loanda-Pr, conforme descritos no ANEXO I - Termo de referência.

ABERTURA: Em virtude das alterações no respectivo Edital, fica prorrogada para o dia 23 de novembro de 2020, às 09:00 ou na mesma hora do primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nesta data, na sala de licitações.

VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO: R\$ 440.560,50 (quatrocentos e quarenta mil, quinhentos e sessenta reais e cinquenta centavos)

INFORMAÇÕES: Os interessados deverão retirar o edital na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Loanda, pelo e-mail licitacao_loanda@hotmail.com ou pelo site do Município www.loanda.pr.gov.br, demais informações pelo telefone 0XX44-3425-8400.

Loanda, 04 de novembro de 2020.

João Nicolau dos Santos
Prefeito Municipal

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TERRA RICA
Estado do Paraná
CNPJ: 76.978.881/0001-81

Aviso De Licitação

COM COTA Destinada Exclusivamente À Participação De Microempresas E Empresas De Pequeno Porte (Art 48 Da Lei Federal Complementar 147/2014, Valor Até R\$ 80.000,00).

Edital de Pregão Nº. 116/2020.
Processo Nº 288/2020

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços mecânicos em geral e fornecimento de peças originais de reposição, destinados a atender as necessidades do Município de Terra Rica, do Estado do Paraná, nas quantidades e especificações constantes no edital e seus anexos.

ABERTURA: A abertura do certame será às 14:00min do dia 19/11/2020.

O edital completo está disponível no site: www.terrarica.pr.gov.br em processos licitatórios. Informações complementares poderão ser adquiridos na Av. Euclides da Cunha, nº 1120, Setor de Licitações, Fone: (44) 3441.8505 - 3441.8502, informando-se no pedido os seguintes dados: Razão Social do requerente, endereço, telefone, e-mail e nome da pessoa para contato.

Terra Rica, 04/11/2020.

Julio Cesar da Silva Leite
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO CAIUA
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ - 75.483.230/0001-58

PORTARIA Nº 56/2020

OSMAR STACHOVSKI, Prefeito Municipal de Santo Antônio do Caiuá, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder aos servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, 30 dias de férias regulamentares conforme segue:

Table with columns: Nome dos Servidores, Período Aquisitivo. Includes names like Alexandra da Silva Almeida, Cleidson Aparecido Galego, Cleonilda Marques Boy.

Edifício da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Caiuá, 03 de novembro de 2020.

OSMAR STACHOVSKI
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO CAIUA
Rua Dom Pedro II nº 800 - CNPJ 76.238.435/0001-30 - Caixa Postal nº 01
Fone 44 3445-8150 - www.saojoaodo Caiuá.pr.gov.br
E-mail: prefeitura@saojoaodo Caiuá.pr.gov.br
CEP 87.740-000 - São João do Caiuá - Paraná

LEI Nº. 2517

De: 4 de novembro de 2020

Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

JOSÉ CARLOS DA SILVA MAIA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO CAIUA, ESTADO DO PARANÁ, FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE

LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no corrente exercício, um crédito adicional SUPLEMENTAR no valor total de até R\$-171.000,00 (Cento e setenta e um mil reais), para reforçar dotações orçamentárias abaixo descritas:

Table with columns: Descrição, Valor. Includes items like SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, DIVISÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL, Melhoría do sistema de transporte escolar.

Art. 2º - Como recurso para atendimento do crédito previsto no artigo anterior, serão utilizados o cancelamento de dotações disponíveis, conforme abaixo descritas:

Table with columns: Descrição, Valor. Includes items like SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, DIVISÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL, Ampliar e remodelar prédios da rede municipal do ensino fundamental.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário esta LEI entra em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL, aos 4 (quatro) dias do mês de novembro do ano de 2020 (dois mil e vinte).

JOSE CARLOS DA SILVA MAIA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LOANDA
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76.972.074/0001-51
Rua Mato Grosso, 354 - CEP 87.900-000 - Fone 44-3425-8400

PRORROGAÇÃO
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO 130/2020-PML
PROCESSO 174/2020-PML
MUNICÍPIO DE LOANDA

OBJETO: A presente licitação tem como objeto o Registro de Preços para contratação de empresa para eventual aquisição e substituição de luminárias em LED, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e Meio Ambiente, do Município de Loanda-Pr, conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I, que integra o presente Edital.

ABERTURA: Em virtude das alterações no referido Edital, fica a Sessão de abertura marcada para 20 de novembro de 2020, às 14:00 ou na mesma hora do primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nesta data, na sala de licitações.

VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO: R\$ 1.581.425,00 (um milhão, quinhentos e oitenta e um mil, quatrocentos e vinte e cinco reais).

INFORMAÇÕES: Os interessados deverão retirar o edital na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Loanda, pelo e-mail licitacao_loanda@hotmail.com ou pelo site do Município www.loanda.pr.gov.br, demais informações pelo telefone 0XX44-3425-8400.

Loanda, 03 de novembro de 2020.

João Nicolau dos Santos
Prefeito Municipal

publicação legal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO CAIÚ
Rua Dom Pedro II nº 800, Caixa Postal nº 01
Fone/Fax 0xx414345-8150 - CNPJ 76.238.435/0001-30
E-mail: prefeitura@saojoaodocaiua.pr.gov.br
CEP 87.740-000 - São João do Caiú - Paraná

LEI Nº. 2518/2020

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO CAIÚ PARA O EXERCÍCIO DE 2020.

A CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO CAIÚ - ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, no corrente exercício financeiro, crédito especial no valor de R\$-80.000,00 (Oitenta mil reais) para atendimento das despesas com a aquisição de equipamentos agrícolas - convenio SEAB-PR

Art. 2º - Fica alterado o Anexo de Metas e Ações Prioritárias para o período 2018 a 2021 da Lei nº 2.353 de 05 de Julho de 2017, que dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de São João do Caiú, com inclusão de metas e ação no PROGRAMA - 09.001.20.608.0028.1.314-Aquisição de equipamentos agrícolas - convenio SEAB-PR

DESCRIÇÃO DA AÇÃO	PRODUTO	UNID. DE MEDIDA	QUANTIFICAÇÃO DA AÇÃO	
			2020	RS
Aquisição de equipamentos agrícolas - convenio SEAB-PR	Equipamento	UN	5	80.000,00

TOTAL 80.000,00

Art. 3º - Fica alterado o Anexo de Metas e Prioridades, da Lei Municipal nº. 2.452 de 11 de julho de 2019 - Lei Diretrizes Orçamentárias para o Exercício Financeiro do ano 2020, com inclusão de metas e ação no Departamento de Obras e Serviços Públicos-09.001.20.608.0028.1.314-Aquisição de equipamentos agrícolas - convenio SEAB-PR

DESCRIÇÃO DA AÇÃO	PRODUTO	UNID. DE MEDIDA	QUANTIFICAÇÃO DA AÇÃO	
			2020	RS
09.001.20.608.0028.1.314-Aquisição de equipamentos agrícolas - convenio SEAB-PR	Equipamento	UN	5	80.000,00

TOTAL 80.000,00

Art. 4º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município para o exercício financeiro de 2020, Crédito Adicional Especial no valor R\$-80.000,00 (Oitenta mil reais) para atendimento das despesas com a Aquisição de equipamentos agrícolas - convenio SEAB-PR, com a classificação abaixo

09.	DEPARTAMENTO DE FOMENTO AGRÍCOLA E MEIO AMBIENTE			
09.001	ADMINISTRAÇÃO GERAL - DFAMA			
09.001.20.	AGRICULTURA			
09.001.20.608.	PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA			
09.001.20.608.0028	FOMENTO AGROPECUARIO			
09.001.20.608.0028.1.314	Aquisição de equipamentos agrícolas - convenio SEAB-PR			
4.	Despesas de Capital			
4.4.	Investimentos			
4.4.90.	Aplicações diretas			
4.4.90.52.00.00	Equipamento e material permanente			
Fonte 101005.03.7454.01	Convenio 199/2020 SEAB-PR			71.390,00
Fonte 300000.01.07.00.00	Superávit Recursos Ordinários (Livres)			8.610,00
TOTAL DO CRÉDITO				80.000,00

Art. 5º - Como recursos para atendimento do crédito previsto no artigo anterior, será utilizado os seguintes:

SUPERÁVIT FINANCEIRO		
FONTE	DENOMINAÇÃO	VALOR
Fonte 300000.01.07.00.00	Recursos Ordinários (Livres)	8.610,00

- EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTARIA

EXCESSO DE ARRECADAÇÃO		
FONTE	DENOMINAÇÃO	VALOR
Fonte 101005.03.7454.01	Convenio 199/2020 SEAB-PR	71.610,00

TOTAL DOS RECURSOS UTILIZADOS 80.000,00

Art. 6º - Em decorrência do crédito adicional Especial na forma da presente Lei fica o Poder Executivo Municipal autorizado a rever os instrumentos de programação financeira, efetuando ajustes, adequações e correções que se fizerem necessárias, de acordo com o Plano de Contas de aplicação aos Município do Estado do Paraná - PCASPM-PR nas Receitas, Despesas, Projetos Atividades e Tabela Associativa de Fontes padronizadas com as respectivas origens para o exercício de 2020 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná - TCE.

Art. 7º - Revogadas as disposições em contrário esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL, aos 4 (quatro) dias do mês de novembro do ano de 2020 (dois mil e vinte).

JOSE CARLOS DA SILVA MAIA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LOANDA
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76.972.074/0001-51
Rua Mato Grosso, 354 - CEP 87.900-000 - Fone 44-3425-8400

Fl. nº _____
Serv.: _____

EXTRATO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 234/2020 - PML LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 136/2020-PML PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 182/2020-PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LOANDA
EMPRESA DETENTORA: RAFAEL PETTENUCCI DE SOUZA - RESTAURANTE TROPICAL

OBJETO: Registro de Preços para eventual aquisição de marmiteix, refeição e refrigerantes, para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Finanças e Administração, Saúde, Educação e Cultura, Serviços Urbanos e Meio Ambiente, Trabalho e Serviço Social, Esportes Lazer e Turismo, Planejamento e Indústria Comércio e Agricultura, do Município de Loanda-Pr, conforme a seguir:

LOTE ÚNICO - Valor do Lote: R\$ 49.250,00 (quarenta e nove mil, duzentos e cinquenta reais).

Item	Descrição	Unidade	Quant. Estimada	Valor Unit. (R\$)	Valor Total. (R\$)
1	MARMITEX, DEVIDAMENTE EMBALADA, A SEREM RETIRADAS NO ESTABELECIMENTO DA CONTRATADA, QUE DEVERÁ SER NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE LOANDA, COM PESO MÍNIMO DE 01 (UM) QUILO: CONTEÚDO NO MÍNIMO O SEGUINTE CARDÁPIO: ARROZ, FEIJÃO, DOIS TIPOS DE CARNES, OVO, FAROFA E MACARRÃO.	UN	1500	15,50	23.250,00
2	REFEIÇÃO TIPO SELF-SERVICE, DEVENDO SER SERVIDO NO ESTABELECIMENTO DA EMPRESA CONTRATADA, QUE DEVERÁ SER NO PERÍMETRO URBANO DE LOANDA, CONTEÚDO NO MÍNIMO O SEGUINTE CARDÁPIO: ARROZ, FEIJÃO, DOIS TIPOS DE CARNES, OVO, FAROFA, MACARRÃO E DOIS TIPOS DE SALADA.	UN	1000	18,00	18.000,00
3	REFRIGERANTE EM LATA DE NO MÍNIMO 350 ML.	UN	2000	4,00	8.000,00

01.1 As quantidades constantes no(s) quadro(s) acima são estimativas de consumo, não se obrigando a administração à aquisição total.

01.2 A(s) quantidade(s) do(s) objeto(s) estimado(s) no presente certame, não poderá(ão) ser(rem) ampliada(s) por meio de aditamento, sendo vedado, dessa forma, aumento quantitativo.

PRAZO DE EXECUÇÃO: A entrega do objeto da presente licitação será feita imedito, na sede da empresa contratada que deverá ser no perímetro urbano do Município de Loanda.

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: O prazo de vigência do Registro de Preços será pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços

Loanda, 03 de novembro de 2020.

JOÃO NICOLAU DOS SANTOS
Prefeito Municipal de Loanda

RAFAEL PETTENUCCI DE SOUZA
Rafael Pettenucci de Souza - Restaurante Tropical

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO CAIÚ
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ - 75.483.230/0001-58

PORTARIA Nº 057/2020

OSMAR STACHOVSKI, Prefeito Municipal de Santo Antonio do Caiú, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais,

RESOLVE:

CONCEDER, ao Servidor Público Municipal, MAURICIO ALVES DE ALMEIDA, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, Lotado no Departamento Serviços de Saúde Pública, a disposição do Posto de Saúde Municipal 03 (três) meses de Licença Prêmio, referente ao período aquisitivo de 2013/2018 nos termos do Art. 142 da Lei Municipal nº 524/92, conforme requerimento protocolado sob nº 4616/2020, a serem usufruídas a partir de 01 de novembro de 2020 a 29 de janeiro de 2021.

Edifício da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Caiú, 03 de novembro de 2020.

OSMAR STACHOVSKI
Prefeito Municipal

EDITAL DE INTIMAÇÃO

FAZ SABER a quantos o presente EDITAL virem ou dele conhecido tiverem, que encontra-se neste ofício, débitos referentes a encargos abaixo discriminados do contrato de financiamento imobiliários nº 85551139741-3, garantido por alienação fiduciária, firmado em 05/05/2011, registrado sob nº de ato R-3/15290, na matrícula 15.290, desta Serventia, com saldo devedor de responsabilidade de KELLY CRISTIAN FERDOLICE (CPF nº 029.237.229-90).

Encargos vencidos:

DATA	PRESTAÇÃO	VALOR
05/01/2020	104	R\$ 278,19
05/02/2020	105	R\$ 273,00
05/03/2020	106	R\$ 268,05
05/04/2020	107	R\$ 263,00
05/05/2020	108	R\$ 315,55
05/06/2020	109	R\$ 253,08
05/07/2020	110	R\$ 248,23
		TOTAL: R\$ 1.899,10

I. Informo ainda, que o valor acima discriminado, correspondente à quantia devida em 07/07/2020, equivale a R\$ 1.899,10, ao qual serão acrescidos atualização monetária, juros moratórios, despesas de cobrança até na data do efetivo pagamento, bem como os encargos vencidos no prazo da presente notificação.

II. Isso posto, procedo à INTIMAÇÃO de Vossas Senhorias, para que no PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS, contados da presente data, devendo o pagamento ser realizado diretamente ao credor.

III. Na Oportunidade, esclarecemos que caso as obrigações acima indicadas não sejam quitadas no prazo legalmente estipulado, o CAIXA ECONÔMICA FEDERAL poderá requerer a consolidação da propriedade do imóvel em favor da credora fiduciária, nos termos do artigo 26 §7º da Lei 9.514 de 1997.

JOÃO GUSTAVO GARCIA NADAL
Oficial

EDITAL DE INTIMAÇÃO

FAZ SABER a quantos o presente EDITAL virem ou dele conhecido tiverem, que encontra-se neste ofício, débitos referentes a encargos abaixo discriminados do contrato de financiamento imobiliários nº 85551139741-3, garantido por alienação fiduciária, firmado em 05/05/2011, registrado sob nº de ato R-3/15290, na matrícula 15.290, desta Serventia, com saldo devedor de responsabilidade de JULIO CESAR FERDOLICE (CPF nº 005.896.299-99).

Encargos vencidos:

DATA	PRESTAÇÃO	VALOR
05/01/2020	104	R\$ 278,19
05/02/2020	105	R\$ 273,00
05/03/2020	106	R\$ 268,05
05/04/2020	107	R\$ 263,00
05/05/2020	108	R\$ 315,55
05/06/2020	109	R\$ 253,08
05/07/2020	110	R\$ 248,23
		TOTAL: R\$ 1.899,10

I. Informo ainda, que o valor acima discriminado, correspondente à quantia devida em 07/07/2020, equivale a R\$ 1.899,10, ao qual serão acrescidos atualização monetária, juros moratórios, despesas de cobrança até na data do efetivo pagamento, bem como os encargos vencidos no prazo da presente notificação.

II. Isso posto, procedo à INTIMAÇÃO de Vossas Senhorias, para que no PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS, contados da presente data, devendo o pagamento ser realizado diretamente ao credor.

III. Na Oportunidade, esclarecemos que caso as obrigações acima indicadas não sejam quitadas no prazo legalmente estipulado, o CAIXA ECONÔMICA FEDERAL poderá requerer a consolidação da propriedade do imóvel em favor da credora fiduciária, nos termos do artigo 26 §7º da Lei 9.514 de 1997.

JOÃO GUSTAVO GARCIA NADAL
Oficial

EDITAL DE INTIMAÇÃO

FAZ SABER a quantos o presente EDITAL virem ou dele conhecido tiverem, que encontra-se neste ofício, débitos referentes a encargos abaixo discriminados do contrato de financiamento imobiliários nº 844440748599-7, garantido por alienação fiduciária, firmado em 08/06/2020, registrado sob nº de ato R-15/10680, na matrícula 10.680, desta Serventia, com saldo devedor de responsabilidade de EDSON FRANCISCO SOARES (CPF nº 213.439.128-65).

Encargos vencidos:

DATA	PRESTAÇÃO	VALOR
07/12/2019	62	R\$ 741,67
07/01/2020	63	R\$ 730,84
07/02/2020	64	R\$ 720,05
07/03/2020	65	R\$ 709,76
07/04/2020	66	R\$ 699,06
07/05/2020	67	R\$ 742,14
07/06/2020	68	R\$ 664,41
		TOTAL: R\$ 5.007,93

I. Informo ainda, que o valor acima discriminado, correspondente à quantia devida em 08/06/2020, equivale a R\$ 5.007,93, ao qual serão acrescidos atualização monetária, juros moratórios, despesas de cobrança até na data do efetivo pagamento, bem como os encargos vencidos no prazo da presente notificação.

II. Isso posto, procedo à INTIMAÇÃO de Vossas Senhorias, para que no PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS, contados da presente data, devendo o pagamento ser realizado diretamente ao credor.

III. Na Oportunidade, esclarecemos que caso as obrigações acima indicadas não sejam quitadas no prazo legalmente estipulado, o CAIXA ECONÔMICA FEDERAL poderá requerer a consolidação da propriedade do imóvel em favor da credora fiduciária, nos termos do artigo 26 §7º da Lei 9.514 de 1997.

JOÃO GUSTAVO GARCIA NADAL
Oficial

EDITAL DE INTIMAÇÃO

FAZ SABER a quantos o presente EDITAL virem ou dele conhecido tiverem, que encontra-se neste ofício, débitos referentes a encargos abaixo discriminados do contrato de financiamento imobiliários nº 85550944192-3, garantido por alienação fiduciária, firmado em 10/02/2011, registrado sob nº de ato R-5/14923, na matrícula 14.923, desta Serventia, com saldo devedor de responsabilidade de JOAO CESAR DE ARRUDA (CPF nº 175.316.089-87).

Encargos vencidos:

DATA	PRESTAÇÃO	VALOR
10/08/2019	102	R\$ 965,73
10/09/2019	103	R\$ 948,04
10/10/2019	104	R\$ 930,75
10/11/2019	105	R\$ 913,33
10/12/2019	106	R\$ 896,34
10/01/2020	107	R\$ 1.224,23
10/02/2020	108	R\$ 862,23
10/03/2020	109	-R\$ 60,23
10/04/2020	110	R\$ 829,21
10/05/2020	111	R\$ 812,92
		TOTAL: R\$ 8.322,55

I. Informo ainda, que o valor acima discriminado, correspondente à quantia devida em 08/06/2020, equivale a R\$ 8.322,55, ao qual serão acrescidos atualização monetária, juros moratórios, despesas de cobrança até na data do efetivo pagamento, bem como os encargos vencidos no prazo da presente notificação.

II. Isso posto, procedo à INTIMAÇÃO de Vossas Senhorias, para que no PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS, contados da presente data, devendo o pagamento ser realizado diretamente ao credor.

III. Na Oportunidade, esclarecemos que caso as obrigações acima indicadas não sejam quitadas no prazo legalmente estipulado, o CAIXA ECONÔMICA FEDERAL poderá requerer a consolidação da propriedade do imóvel em favor da credora fiduciária, nos termos do artigo 26 §7º da Lei 9.514 de 1997.

JOÃO GUSTAVO GARCIA NADAL
Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE LOANDA
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76.972.074/0001-51
Rua Mato Grosso, 354 - CEP 87.900-000 - Fone 44-3425-8400

Fl. nº _____
Serv.: _____

LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 147/2020-PML

DECLARAÇÃO DE LICITAÇÃO DESERTA

Fica declarada **DESERTA** a Licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº. 147/2020-PML, cujo objeto é o Registro de Preços para contratação de empresa para eventual prestação de serviços cirúrgicos de castração de animais (gatos e cachorros), para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, do Município de Loanda-Pr, conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I, que integra o presente Edital.

Loanda-Pr, 03 de novembro de 2020.

JOÃO NICOLAU DOS SANTOS
Prefeito Municipal de Loanda

EDITAL DE INTIMAÇÃO

FAZ SABER a quantos o presente EDITAL virem ou dele conhecido tiverem, que encontra-se neste ofício, débitos referentes a encargos abaixo discriminados do contrato de financiamento imobiliários nº 85550944192-3, garantido por alienação fiduciária, firmado em 10/02/2011, registrado sob nº de ato R-5/14923, na matrícula 14.923, desta Serventia, com saldo devedor de responsabilidade de MARIEUNICE MORAIS DE ARRUDA (CPF nº 299.552.381-00).

Encargos vencidos:

DATA	PRESTAÇÃO	VALOR
10/08/2019	102	R\$ 965,73
10/09/2019	103	R\$ 948,04
10/10/2019	104	R\$ 930,75
10/11/2019	105	R\$ 913,33
10/12/2019	106	R\$ 896,34
10/01/2020	107	R\$ 1.224,23
10/02/2020	108	R\$ 862,23
10/03/2020	109	-R\$ 60,23
10/04/2020	110	R\$ 829,21
10/05/2020	111	R\$ 812,92
		TOTAL: R\$ 8.322,55

I. Informo ainda, que o valor acima discriminado, correspondente à quantia devida em 08/06/2020, equivale a R\$ 8.322,55, ao qual serão acrescidos atualização monetária, juros moratórios, despesas de cobrança até na data do efetivo pagamento, bem como os encargos vencidos no prazo da presente notificação.

II. Isso posto, procedo à INTIMAÇÃO de Vossas Senhorias, para que no PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS, contados da presente data, devendo o pagamento ser realizado diretamente ao credor.

III. Na Oportunidade, esclarecemos que caso as obrigações acima indicadas não sejam quitadas no prazo legalmente estipulado, o CAIXA ECONÔMICA FEDERAL poderá requerer a consolidação da propriedade do imóvel em favor da credora fiduciária, nos termos do artigo 26 §7º da Lei 9.514 de 1997.

JOÃO GUSTAVO GARCIA NADAL
Oficial

EDITAL DE INTIMAÇÃO

FAZ SABER a quantos o presente EDITAL virem ou dele conhecido tiverem, que encontra-se neste ofício, débitos referentes a encargos abaixo discriminados do contrato de financiamento imobiliários nº 87877011338-7, garantido por alienação fiduciária, firmado em 03/05/2017, registrado sob nº de ato R-5/22512, na matrícula 22.512, desta Serventia, com saldo devedor de responsabilidade de CÍCERA JANAINA MENDES SANTOS (CPF nº 012.916.301-55).

Encargos vencidos:

DATA	PRESTAÇÃO	VALOR
03/12/2019	23	R\$ 877,57
03/01/2020	24	R\$ 403,37
03/02/2020	25	R\$ 453,25
03/03/2020	26	R\$ 392,92
03/04/2020	27	R\$ 387,57
03/05/2020	28	R\$ 382,37
03/06/2020	29	R\$ 377,04
		TOTAL: R\$ 3.274,09

I. Informo ainda, que o valor acima discriminado, correspondente à quantia devida em 25/06/2020, equivale a R\$ 3.274,09, ao qual serão acrescidos atualização monetária, juros moratórios, despesas de cobrança até na data do efetivo pagamento, bem como os encargos vencidos no prazo da presente notificação.

II. Isso posto, procedo à INTIMAÇÃO de Vossas Senhorias, para que no PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS, contados da presente data, devendo o pagamento ser realizado diretamente ao credor.

III. Na Oportunidade, esclarecemos que caso as obrigações acima indicadas não sejam quitadas no prazo legalmente estipulado, o CAIXA ECONÔMICA FEDERAL poderá requerer a consolidação da propriedade do imóvel em favor da credora fiduciária, nos termos do artigo 26 §7º da Lei 9.514 de 1997.

JOÃO GUSTAVO GARCIA NADAL
Oficial

EDITAL DE INTIMAÇÃO

FAZ SABER a quantos o presente EDITAL virem ou dele conhecido tiverem, que encontra-se neste ofício, débitos referentes a encargos abaixo discriminados do contrato de financiamento imobiliários nº 85552259631-5, garantido por alienação fiduciária, firmado em 23/08/2012, registrado sob nº de ato R-3/16388, na matrícula 16.388, desta Serventia, com saldo devedor de responsabilidade de DANIEL DE ANDRADE (CPF nº 084.662.369-29).

Encargos vencidos:

DATA	PRESTAÇÃO	VALOR
23/10/2019	61	R\$ 169,37
23/11/2019	62	R\$ 165,74
23/12/2019	63	R\$ 157,95
23/01/2020	64	R\$ 219,89
23/02/2020	65	R\$ 153,14
23/03/2020	66	R\$ 150,86
23/04/2020	67	R\$ 212,34
23/05/2020	68	R\$ 146,18
23/06/2020	69	R\$ 143,82
		TOTAL: R\$ 1.519,29

I. Informo ainda, que o valor acima discriminado, correspondente à quantia devida em 25/06/2020, equivale a R\$ 1.519,29, ao qual serão acrescidos atualização monetária, juros moratórios, despesas de cobrança até na data do efetivo pagamento, bem como os encargos vencidos no prazo da presente notificação.

II. Isso posto, procedo à INTIMAÇÃO de Vossas Senhorias, para que no PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS, contados da presente data, devendo o pagamento ser realizado diretamente ao credor.

III. Na Oportunidade, esclarecemos que caso as obrigações acima indicadas não sejam quitadas no prazo legalmente estipulado, o CAIXA ECONÔMICA FEDERAL poderá requerer a consolidação da propriedade do imóvel em favor da credora fiduciária, nos termos do artigo 26 §7º da Lei 9.514 de 1997.

JOÃO GUSTAVO GARCIA NADAL
Oficial

EDITAL DE INTIMAÇÃO

FAZ SABER a quantos o presente EDITAL virem ou dele conhecido tiverem, que encontra-se neste ofício, débitos referentes a encargos abaixo discriminados do contrato de financiamento imobiliários nº 85552259631-5, garantido por alienação fiduciária, firmado em 23/08/2012, registrado sob nº de ato R-3/16388, na matrícula 16.388, desta Serventia, com saldo devedor de responsabilidade de REGINA DIAS DE ASSIS DE ANDRADE (CPF nº 084.357.489-52).

Encargos vencidos:

DATA	PRESTAÇÃO	VALOR
23/10/2019	61	R\$ 169,37
23/11/2019	62	R\$ 165,74
23/12/2019	63	R\$ 157,95
23/01/2020	64	R\$ 219,89
23/02/2020	65	R\$ 153,14
23/03/2020	66	R\$ 150,86
23/04/2020	67	R\$ 212,34
23/05/2020	68	R\$ 146,18
23/06/2020	69	R\$ 143,82
		TOTAL: R\$ 1.519,29

I. Informo ainda, que o valor acima discriminado, correspondente à quantia devida em 25/06/2020, equivale a R\$ 1.519,29, ao qual serão acrescidos atualização monetária, juros moratórios, despesas de cobrança até na data do efetivo pagamento, bem como os encargos vencidos no prazo da presente notificação.

II. Isso posto, procedo à INTIMAÇÃO de Vossas Senhorias, para que no PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS, contados da presente data, devendo o pagamento ser realizado diretamente ao credor.

III. Na Oportunidade, esclarecemos que caso as obrigações acima indicadas não sejam quitadas no prazo legalmente estipulado, o CAIXA ECONÔMICA FEDERAL poderá requerer a consolidação da propriedade do imóvel em favor da credora fiduciária, nos termos do artigo 26 §7º da Lei 9.514 de 1997.

JOÃO GUSTAVO GARCIA NADAL
Oficial

CLASSIFICADOS

Bons negócios todos os dias

Atendimento de segunda a sexta-feira das 8h às 18h

Chevrolet



ASTRA SEDAN - 2004, completo, prata, super conservado, R\$ 17.990,00. F. 99800-1707.

Fiat



BARATO - FIAT IDEA ADVENTURA, 2011, Flex, 48x de R\$ 789,00 (fixas) - Fone: 99917-0588.

FIAT STRADA - Cab. Est. Working, Branca, 2018, COMPLETA. R\$ 42.990,00. Fone: 99917-0588.

NOVO PALIO ATTRACTIVE - 4 portas, branco, completo, 2016, conservado, baixa km, R\$ 33.990,00. F. 99800-1707.

Ford



ECOSPORT XLS 1.6 - REPASSE - Prata, Ano 2004. R\$ 17.990,00. Fone 99800-1707.

FINANCIADO 100% SEM ENTRADA - FORD KA, 2011, Flex, prata, 48x R\$ 449,00 (fixas). Fone 99800-1707.

FORD KA SE 1.5 - Automático, Hatch, 2019/2019, Flex, prata, 5 portas, quilometragem menos de 6.000 km, R\$ 49.000,00 à vista. Não aceita troca. F. (44) 99807-3083, falar com Priscila.

FUSION SEL - 2011, Preto, Top de Linha. R\$ 38.999,00. Fone 99966-2100.

NOVO FORD KA - 2015, Prata, Flex, Única Dona, 1.0, 85 cv. R\$ 35.900,00. Fone: 99136-5969.

RANGER LIMITED - 2019, Preta, NA GARANTIA FORD, TOP DE LINHA. R\$ 164.900,00. Fone: 99800-1707.

FOCUS 2009 - Hatch, completo, R\$ 17.900,00. F. 99136-5969.

Volkswagen



FOX ROUTE - Flex, 4 portas, com DH + trio, ano 2008, R\$ 17.990,00. F. 99917-0588.

GOLZINHO - Prata, Flex, G VI, 1.6, 2015, completo. Entrada de R\$ 4.900,00 + 60x de R\$ 899,00 fixas. F. 99800-1707.

Citroën



CITROEN C3 - COMPLETO. 2007. R\$ 12.990,00. FONE: 99966-2100.

CITROEN C4 LOUNGE - 1.6, turbo, automático, 2017, revisado, R\$ 49.990,00. Fone 99917-0588.

Toyota



COROLLA TOYOTA - Completo, 2010, preto, R\$ 35.900,00. F. 99800-1707.

DIÁRIO DO NOROESTE
FAÇA BONS NEGÓCIOS
ANUNCIE
3421-4050
 A informação mais perto de você.

Mitsubishi



IMPERDÍVEL - PAJERO FULL, ano 2005, diesel, 7 lugares, Top de Linha, conservada. R\$ 43.990,00. Fone 99136-5969.

Peugeot



PEUGEOT 207 HB - XR, 1.4, Flex, branco. Entrada de R\$ 3.000,00 + 48x de R\$ 699,00 fixas. Fone 99136-5969.

CARVALHO POSTO MINAS

Gasolina Aditivada R\$ 4,36	Etanol R\$ 3,19
Diesel R\$ 3,17	Pão de Queijo R\$ 1,99

ACEITAMOS TODOS CARTÕES CREDITO / DÉBITO

Av. Paraná, 484 - (44) 3422-3000

ICIDADANIA

Estado vai ofertar exames de paternidade gratuitos



Estado vai ofertar exames de paternidade gratuitos. O termo de cooperação técnica foi assinado nesta quarta-feira

Crianças e adolescentes beneficiários da Justiça gratuita ou da assistência judiciária no Paraná passarão a ter acesso a exames de paternidade. Os exames de DNA, que serão processados pelo Laboratório de Genética Humana da Universidade Estadual de Londrina (UEL), são fruto de uma parceria que envolve onze instituições públicas paranaenses.

O termo de cooperação técnica foi assinado nesta quarta-feira (04) pelo governador Carlos Massa Ratinho Junior, o presidente do Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR), desembargador Adalberto Xisto Pereira; o procurador-geral de Justiça do Paraná, Gilberto Giacoi; o secretário estadual da Justiça, Família e Trabalho, Ney Leprevost; o reitor da UEL, Sérgio Carvalho; e a presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (Cedca-PR), Ângela Mendonça.

A previsão é que o laboratório da UEL processe cerca de mil exames por ano, demanda atual de pedidos repressados na Justiça. Para isso, o Fundo da Infância e Adolescência (FIA), administrado pelo Cedca-PR, vai disponibilizar R\$ 1,1 milhão anualmente por, pelos menos, quatro anos.

O recurso é para a aquisição dos insumos usados no processamento dos testes de DNA. A coleta dos materiais genéticos vai abranger os 399 municí-

pios paranaenses, já que as amostras serão recolhidas nos laboratórios da Polícia Científica do Paraná.

O governador Carlos Massa Ratinho Junior ressaltou que iniciativa representa um avanço na garantia da dignidade das crianças e adolescentes paranaenses. "Todo cidadão tem o direito de ter na sua certidão de nascimento o nome do pai e da mãe, muitos jovens passam a vida sem saber sua filiação", afirmou.

Ratinho Junior afirmou também que o Estado tem capacidade técnica para a realização dos exames e destacou o benefício para crianças e adolescentes mais vulneráveis. "Graças a essa parceria e à estrutura do Estado, vamos oferecer os exames de DNA de forma gratuita", disse.

PRINCÍPIO

O presidente do TJPR salientou que a parceria atende ao princípio constitucional de garantia da dignidade humana, já que todo cidadão brasileiro tem direito de conhecer a sua filiação. "Há vários processos na Justiça e muitas pessoas não têm condições de arcar com o custo do exame de DNA. Com este convênio, todos poderão ter acesso ao teste", afirmou o desembargador.

Xisto Pereira explicou que a iniciativa também contribui para dar celeridade às ações judiciais. "Os processos serão julgados mais rapidamente e com maior segurança jurídica,

dando a certeza de que aquela pessoa imputada no processo é efetivamente o pai da criança", declarou.

O secretário Ney Leprevost disse que a oferta gratuita dos exames genéticos representa um avanço na comprovação da paternidade. "É uma iniciativa que atende as famílias que mais precisam, com um exame extremamente confiável, que tem 99,99% de garantia", afirmou.

Leprevost reforçou que toda a criança tem o direito fundamental de receber o nome do pai e da mãe. "Esse projeto é extremamente significativo e representa um avanço na garantia de direitos, pois nenhuma criança mais no Paraná deixará de saber quem é o seu pai", disse.

LABORATÓRIO

O Laboratório de Genética Humana da UEL foi implantado há 11 anos e recebeu recursos do FIA. Além da pesquisa genética da universidade e dos exames de DNA, a unidade é voltada para a identificação de casos de polimorfismo em crianças e adolescentes (doenças que aparecem como consequências de variações genéticas).

Porém, por falta de insumos e de equipe, a unidade teve pouca oferta dos exames de DNA, apesar das demandas judiciais. Essa questão foi resolvida ampliando a estrutura do Estado que será envolvida no processo.

Além da coleta das amostras pela Polícia Científica, que conta com 28 unidades em 18 cidades, abrangendo todo o Estado, a Fundação Araucária pagará as bolsas de pesquisa para estudantes de mestrado e do doutorado que atuarão no laboratório.

RETOMADA

Ângela Mendonça, do Cedca, comemora o reforço na parceria iniciada há 11 anos. Na época, o conselho financiou a construção do laboratório na UEL, que tinha duas finalidades:

atender exames de polimorfismo, que funciona plenamente, e de paternidade.

"Em razão das dificuldades de coleta e de remessa do material genético, que precisa de cuidados e procedimentos forenses, houve dificuldades para a implementação da última ação", explicou ela, que também é diretora do Departamento de Políticas Públicas para Crianças e Adolescentes da Secretaria da Justiça.

"Movido pela preocupação de atender os direitos das crianças, o Governo do Estado reúne diferentes instituições, que constroem juntas um método de coleta, transporte e realização dos exames. Os dados serão então devolvidos, de forma sigilosa, ao Tribunal de Justiça e ao Ministério Público, afirm que esse direito seja alcançado", disse Ângela.

Segundo ela, a realização do exame garante não só um nome à criança, mas uma origem, uma família com tios, primos e avós, e um reconhecimento de seu lugar no mundo e de sua própria história. "Isso tem um impacto muito grande na construção de sua identidade e da sua autoestima", completou.

INSTITUIÇÕES

Além da UEL, Cedca, Polícia Científica e Fundação Araucária, as Secretarias de Estado da Justiça, Família e Trabalho; da Saúde; e da Segurança Pública, a Superintendência Geral da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior; a Casa Civil; o Ministério Público do Paraná; e o Tribunal de Justiça do Paraná também estão envolvidos no projeto.

Na UEL, o laboratório atende a projetos de mestrado e doutorado de áreas de Medicina, Biologia e de Saúde de uma maneira geral. "A parte de pesquisas genéticas, que é uma área de conhecimento importantíssima, está em andamento, mas a questão do DNA funcionou apenas por um período", explicou o

reitor Sérgio Carvalho.

Para ele, a nova estrutura vai consolidar o trabalho iniciado na unidade. "O projeto volta a se consolidar com a contratação de bolsistas e a implantação de uma rede para coletar o material genético. Essa área fará frente às demandas do Estado e da Justiça", salientou.

TESTE DE PATERNIDADE

O DNA (Ácido Desoxirribonucleico) é uma molécula presente no núcleo das células de todos os seres vivos e que carrega toda a informação genética de um organismo. Com a análise do DNA, é possível verificar o grau de parentesco entre a pessoa e o seu suposto pai.

Esse exame pode ser feito durante a gravidez ou após o nascimento por meio da análise do sangue, saliva ou fios de cabelo da mãe, do filho e do suposto pai.

PRESENCAS

Participaram da solenidade o vice-governador Darci Piana, o chefe da Casa Civil Guto Silva; os secretários estaduais da Segurança Pública, Romulo Marinho Soares; e da Comunicação Social e Cultura, João Debiassi; o superintendente de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Aldo Bona; o presidente da Fundação Araucária, Ramiro Wahrhafting; o diretor-geral da Polícia Científica do Paraná, Luiz Rodrigo Grochok; o vice-reitor da UEL, Décio Sabatini; o controlador-geral do Estado, Raul Siqueira; o presidente da Celear, Leandro Moura; o diretor-geral da Secretaria da Saúde, Nestor Werner Junior; o desembargador José Augusto Gomes Aniceto; a presidente da Anoreg Mônica Dalla Vecchia e representantes do Poder Judiciário paranaense.

publicação legal

EDITAL DE INTIMAÇÃO

FAZ SABER a quantos o presente EDITAL virem ou dele conhecido tiverem, que encontra-se neste ofício, débitos referentes a encargos abaixo discriminados do contrato de financiamento imobiliários nº 103990256804, garantido por alienação fiduciária, firmado em 29/01/2010, registrado sob nº de ato R-5/14264, na matrícula 14.264, desta Serventia, com saldo devedor de responsabilidade de ROSA MARIA PETENAZZE FUMAGALI (CPF nº 004.851.629-54).

Encargos vencidos:

DATA	PRESTAÇÃO	VALOR
29/01/2020	120	RS 1.490,62
29/02/2020	121	RS 1.519,55
29/03/2020	122	RS 1.490,96
29/04/2020	123	RS 1.461,72
29/05/2020	124	RS 1.433,15
29/06/2020	125	RS 1.404,38
29/07/2020	126	RS 1.376,30
		TOTAL: RS 10.176,68

I. Informo ainda, que o valor acima discriminado, correspondente à quantia devida em 03/08/2020, equivale a R\$ 10.176,68, ao qual serão acrescidos atualização monetária, juros moratórios, despesas de cobrança até na data do efetivo pagamento, bem como os encargos vencidos no prazo da presente notificação.

II. Isso posto, procedo à INTIMAÇÃO de Vossas Senhorias, para que no PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS, contados da presente data, devendo o pagamento ser realizado diretamente ao credor.

III. Na Oportunidade, esclarecemos que caso as obrigações acima indicadas não sejam quitadas no prazo legalmente estipulado, o CAIXA ECONÔMICA FEDERAL poderá requerer a consolidação da propriedade do imóvel em favor da credora fiduciária, nos termos do artigo 26 §7º da Lei 9.514 de 1997.

JOÃO GUSTAVO GARCIA NADAL
Oficial

SÚMULA DE RECEBIMENTO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO DE AMPLIAÇÃO

JOSE EDVALDO FERRARI inscrito no CPF: 529.478.079-87, torna público que recebeu do IAT (Instituto Água e Terra) a Licença de Instalação de Ampliação (LI-A), com vencimento em 20/10/2022, para a atividade Beneficiamento e armazenamento de produtos agrícolas, instalada no LOTE 25,3 SECCÃO, GLEBA 28, Colônia de Paranavá, S/N, CEP: 87930-000, Querência do Norte/PR.